

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ALINE DELAMARE**

**A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA:  
UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE BRASIL E ARGENTINA**

**PORTO ALEGRE**

**2013**

**ALINE DELAMARE**

**A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA: UMA ANÁLISE  
COMPARADA ENTRE BRASIL E ARGENTINA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Heloisa Lenz

**Porto Alegre**

**2013**

**ALINE DELAMARE**

**A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA: UMA ANÁLISE  
COMPARADA ENTRE BRASIL E ARGENTINA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, 26 de junho de 2013.

---

Profa. Dra. Maria Heloisa Lenz – Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho  
UFRGS

---

Prof. Dr. Júlio César de Oliveira  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, por absolutamente tudo, mas principalmente pelo constante apoio e inesgotável fonte de carinho. Meu pai e minha mãe sempre foram e sempre serão meus maiores exemplos de vida. Ao meu irmão, por ter sido meu exemplo de conhecimento desde que nasci. Se hoje estou me graduando em uma das melhores universidades do país foi por estímulo dele, que sempre me incentivou a buscar e a saber mais. Aos meus avós, os que estão presentes hoje e que não mais estão, por terem me ensinado princípios e valores de uma maneira tão carinhosa que só os avós sabem ter. Aos meus amigos, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando em cada percalço e vibrando comigo nas conquistas: vocês são família para mim. Às minhas três colegas que se formarão junto comigo, essas que foram minhas irmãs nos corredores da faculdade nesses últimos cinco anos e foram fundamentais para que eu chegasse onde estou chegando agora. Ao meu namorado, meu maior confidente, por me apoiar em absolutamente todos os momentos durante esses anos juntos e fazer a minha vida sempre mais feliz. Gostaria, por fim, de agradecer à minha orientadora, que me auxiliou durante toda a pesquisa, me emprestou seus livros e me deu apoio. Ela foi uma das primeiras pessoas que conheci na faculdade e, desde o início, eu sabia que ela seria a minha escolha para auxiliar neste trabalho que representa o encerramento do curso.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a formação e o desenvolvimento dos processos industriais ocorridos no Brasil e na Argentina e realizar uma análise comparada dos mesmos no período compreendido entre o final do século XIX até meados da década de 1970. Para a análise comparativa, primeiramente será considerado o caso brasileiro, analisando desde seu período agroexportador, a hegemonia da produção e exportação do café, passando por todas as etapas da industrialização até o esgotamento do modelo. Da mesma maneira, posteriormente será analisado o caso argentino para o mesmo período, desde seu crescimento com o modelo primário exportador, a crise desse modelo, o desenvolvimento da indústria até a abertura comercial. Ao final dessa análise descritiva, será realizada uma verificação levantando os pontos em comum das etapas dos dois países e apresentando as diferenças e os resultados obtidos por cada país. Conclui-se então que o processo de formação industrial de ambos os países – mesmo que tenham apresentado algumas diferenças - gerou uma série de efeitos em comum: apesar do crescimento econômico inegável, desenvolveu aspectos negativos como a inflação, o endividamento externo e a concentração de renda.

**Palavras-chave:** Formação da indústria. Desenvolvimento da indústria. Brasil. Argentina. Comparação.

## **ABSTRACT**

The objective of this paper is to present the formation and development of the industrial processes occurred in Brazil and Argentina and to perform an analytic comparison of these countries. The time period evaluated in this analysis is comprised between the end of the 19th century until the middle of the 1970's. For this comparative analysis, the Brazilian case will be considered first and it will contemplate an assessment since the period of the agricultural exporting emphasis of the country, its hegemony in the production and exporting coffee beans as well as a glance through all the stages of its industrial development until the end of the industrial development. The Argentinian case will be analyzed following the same standards and the same time period will be assessed - since the economical growth generated by the primary exporting model, the crisis of this very model, the development of industrial activity until the commercial opening of the country. At the end of this descriptive analysis, an assessment of the common characteristics of both countries during evaluated time period will be performed and the differences as well as the results obtained by each one of the countries will be presented. It was concluded that the industrial formation process of both countries – even though they've presented some differences – has generated a series of effects: despite the undeniable economic growth, it developed negative aspects such as inflation, external debt and income concentration.

**Key-words:** Industrial Formation. Industrial development. Brazil. Argentina. Comparison.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil, Rio de Janeiro, São Paulo: características da indústria manufatureira .....	13
Tabela 2 – Brasil: taxas anuais de crescimento da produção industrial, 1929-1932 e 1933-1939 .....	19
Tabela 3 - Brasil: valores da importação de equipamento industrial, 1924-1939 .....	20
Tabela 4 - Brasil: taxas médias de crescimento da produção industrial em gêneros selecionados, 1939-1952 .....	23
Tabela 5 - Taxas anuais de crescimento real do PIB, PIB per capita, indústria e agricultura .....	30
Tabela 6 - Taxa média anual de crescimento industrial, por gêneros .....	31
Tabela 7 - Brasil: crescimento da produção, inflação e investimentos, 1968-1984 .....	32
Tabela 8 - Las principales industrias argentinas – 1887 .....	40
Tabela 9 - Número de establecimientos industriales, personal empleado, su capital en pesos moneda nacional y número y fuerza de su maquinaria – 1895 .....	41
Tabela 10 - Tasas de crecimiento por décadas (promedios trienales) .....	42
Tabela 11 - Participacion de las ramas industriales en el incremento total del valor agregado por las industrias manufactureras en la Argentina – 1900 – 1904 y 1925 – 1929 .....	43
Tabela 12 - Evolución de la industria manufacturera durante la guerra (1939 – 1945) .....	48
Tabela 13 - Producción Industrial .....	52
Tabela 14 - Evolución del PBI (en millones de pesos de 1960) .....	59
Tabela 15 - Níveis de PIB, 1900 – 1935 .....	63

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 PROCESSO INDUSTRIAL BRASILEIRO .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1 O período agroexportador e a formação do capital industrial.....</b>	<b>9</b>
<b>2.2 O início do processo de substituição de importações.....</b>	<b>15</b>
<b>2.3 Crescimento industrial Pós-Guerra .....</b>	<b>22</b>
<b>2.4 JK e o Plano de Metas .....</b>	<b>25</b>
<b>2.5 Da crise ao ‘milagre econômico’ (1963 – 1973).....</b>	<b>28</b>
<b>2.6 Crise do petróleo e o II PND.....</b>	<b>33</b>
<b>3 PROCESSO INDUSTRIAL ARGENTINO .....</b>	<b>37</b>
<b>3.1 O auge do modelo primário exportador e a formação do capital industrial .....</b>	<b>37</b>
<b>3.2 O modelo baseado no processo de substituição de exportações (1930 – 1942).....</b>	<b>44</b>
<b>3.3 A industrialização argentina organizada pelo Estado (1946-1962) .....</b>	<b>48</b>
<b>3.4 Expansão econômica, regime militar e abertura comercial .....</b>	<b>56</b>
<b>4 COMPARAÇÃO DOS PROCESOS INDUSTRIAIS DO BRASIL E DA ARGENTINA .....</b>	<b>61</b>
<b>4.1 Do período agroexportador até a crise de 1929 .....</b>	<b>61</b>
<b>4.2 Da década de 30 até a industrialização orientada pelo Estado .....</b>	<b>66</b>
<b>4.3 Os choques do petróleo e o final do modelo por substituição de importações .....</b>	<b>72</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As formações dos processos industriais do Brasil e da Argentina possuíram características semelhantes: ambas partiram de uma economia agroexportadora que gerou acumulação de capital e desenvolvimento urbano a partir do final do século XIX. As economias desses países eram dependentes da produção e da exportação de diversos produtos agrícolas para o mercado externo.

No caso brasileiro, os produtos que eram exportados no século XIX dividiam-se entre o açúcar, o algodão e outros produtos em menor escala. Porém, ao longo do século, com a intensificação da produção do café, o país descobriu seu grande produto exportador. No final do século XIX, o café já havia se tornando o centro motor do desenvolvimento capitalista do país, e com o crescimento das fazendas produtoras de café observou-se um desenvolvimento da urbanização nas regiões e o surgimento de indústrias. No caso argentino, a diversificação da pauta exportadora desde o início foi maior e rendeu taxas de crescimento mais elevadas que as do Brasil na mesma época. Além do couro e da lã, no final do século XIX houve um aumento da produção para exportação da carne e também de cereais como o trigo e o milho. Houve, assim como no caso brasileiro, o surgimento de pequenas indústrias ligadas ao setor agrícola para atender o setor dinâmico do período e também para atender o mercado interno durante o período de crescimento primário exportador.

Com a crise mundial de 1929, houve uma ruptura nesse modelo primário exportador. Existem discussões que, na Argentina, essa ruptura tenha ocorrido ainda na Primeira Guerra Mundial. De qualquer maneira, a crise mundial teve como consequência uma nova adaptação aos países da América Latina, os quais eram altamente dependentes das atividades agroexportadoras. Como resultado dos países desenvolvidos estarem imersos na crise, houve uma redução brusca na capacidade de importar, o que forçou o desenvolvimento das indústrias locais para absorver a demanda do mercado interno. Iniciou-se então, nos dois países, o modelo de desenvolvimento baseado no processo de substituição de importações. Foi nesse período que as indústrias de bens de consumo não-duráveis, como os setores da indústria têxtil e alimentícia, tiveram seu maior crescimento.

Analisando separadamente os casos, o período brasileiro foi subdividido em seis etapas: o início da formação industrial - ainda no período agroexportador - que ocorre do final do século XIX até 1929; o início do processo de substituição de importações, de

1930 a 1945; o período pós-guerra, com intenso crescimento industrial, que compreendeu o período de 1946 a 1955; a fase desenvolvimentista do país com o plano de Metas e JK, de 1956 a 1961; a crise do início da década de 1960 e o posterior crescimento no período militar, englobando o ‘milagre econômico’, de 1962 a 1973; e, por fim, o período dos choques do petróleo e o II PND, que iniciou em 1974 e construiu resultados até o início da década de 1980.

No caso argentino, o período foi subdividido em quatro etapas: o auge do período agroexportador, de 1880 até 1929, onde houve desenvolvimento das indústrias ligadas aos produtos exportados; o período de 1930 a 1945, onde houve, assim como no Brasil, um crescimento industrial referente a bens de consumo não-duráveis; de 1946 a 1962, onde houve uma industrialização conduzida pelo Estado, com planos desenvolvimentistas; e de 1963 até meados de 1970, onde houve intenso crescimento da indústria e depois o esgotamento do modelo e a abertura comercial.

O objetivo desse trabalho é apresentar a formação e o desenvolvimento da indústria dos países destacados e, posteriormente, realizar uma análise comparativa dos mesmos. Para realizar a comparação desses processos industriais, este trabalho estará dividido em três etapas. No capítulo um será apresentada a história da formação e do desenvolvimento da indústria brasileira, incluindo então todas as seis etapas que já foram abordadas. Em uma explicação mais detalhada, serão apresentados os resultados de cada etapa da industrialização e as suas conseqüências no plano econômico do país. No capítulo dois, da mesma maneira, será detalhado o caso argentino – desde seu início agroexportador até a abertura comercial – averiguando todas as quatro etapas da industrialização do país apresentadas, os resultados e conseqüências dos mesmos para o crescimento da Argentina. No último capítulo, após as apresentações detalhadas dos países já realizadas, será, então, feita uma análise comparada, destacando pontos em comum ou não dos processos industriais dos dois países, com objetivo de identificar se estes países vizinhos seguiram a mesma linha de medidas político-econômicas e quais foram os resultados obtidos.

## **2 PROCESSO INDUSTRIAL BRASILEIRO**

Este capítulo apresenta a formação e o desenvolvimento industrial do Brasil. Para melhor compreensão, será dividido em seis períodos históricos: o período agroexportador, o início do processo de substituição de importações, o período pós-guerra, o Plano de Metas, o regime militar e sua política de crescimento, e, por fim, o II PND e os choques do petróleo.

### **2.1 O período agroexportador e a formação do capital industrial**

Na primeira metade do século XIX, o Brasil vivia uma situação econômica de grande dificuldade devido à decadência da atividade mineira. Com as dificuldades, o consumo do país, que já era pequeno, entrava em declínio. O país vivia, na época, dependendo da atividade exportadora de seus produtos, os quais destacavam-se o açúcar e o algodão como produtos mais desenvolvidos, e a borracha, cacau, fumo, erva-mate, couros e peles como produtos de menor investimento, mas também exportados, conforme Celso Furtado (2007).

Segundo o autor, apesar de a atividade exportadora ter um crescimento de 0.8% na primeira metade do século XIX, houve uma queda brusca nos preços dos produtos exportados. Isso fez com que fosse necessário um volume de exportação muito maior para compensar os preços mais baixos. O produto que fez com que a exportação aumentasse foi o café, produto esse que foi responsável pela mudança do cenário econômico do país após algumas décadas. O volume da exportação do açúcar também cresceu 24%, porém, a quantidade exportada mais que dobrou. Analisando os dados de renda real e do crescimento populacional, o autor afirma que “[...] é provável que a renda per capita por essa época haja sido mais baixa do que em qualquer período da colônia, se se consideram em conjunto as várias regiões do país.” (FURTADO, 2007, p.163)

Ainda segundo o autor, com a queda da exportação do açúcar (que perdeu o mercado especialmente para Cuba), e a queda do algodão (com os EUA virando o grande produtor mundial), o Brasil não possuía mais um grande produto exportador. O fumo, o arroz e o couro eram produtos menores e que não dispunham de grandes oportunidades de expansão. O café surgiu, então, e no final do século XIX se tornou peça essencial para a exportação, representando mais de 40% do valor das exportações por mais de um século. Um dos fatores atrativos para a produção do café, além do fato de ser trabalhado com a terra, que o país possuía em abundância, era de poder utilizar os recursos ociosos que foram antes utilizados na época da mineração, como a mão-de-obra.

O café teve, portanto, papel decisivo para a história econômica do Brasil. Foi a partir do crescimento da exportação do café que o país começou a revelar o desenvolvimento de sua urbanização (em algumas áreas do país) e o surgimento de uma indústria interna. De acordo com Gremaud (1997), foi a partir do final do século XIX que se observou uma produção para o mercado interno em fase de expansão. O açúcar e o algodão, que eram produtos majoritariamente exportados, também começaram a ter partes de suas produções dirigidas ao mercado interno, assim como outros produtos agrícolas. Esses serviam para abastecer o ainda tímido mercado interno, que começaria sua expansão nas próximas décadas.

Para Sergio Silva (1976), a indústria no Brasil possuía proporções menores até o último quarto do século XIX, tendo o primeiro surto industrial ocorrido na década de 1880. Em 1885, São Paulo possuía registrado 13 fábricas têxteis e 3 fábricas de chapéus além de 7 empresas de metalurgia. Já em 1889, o Brasil já possuía 636 indústrias com 54 mil operários.

De 1840 a 1970, o café foi responsável por mais de 40% de toda a produção exportada do Brasil. As regiões que produziam o café foram beneficiadas e começaram a desenvolver outras atividades comerciais. Gremaud (1997) chamou a atenção que, além da fazenda do café, eram necessárias estruturas comerciais, de transportes, bancárias e outras de natureza urbana para sustentar a economia cafeeira. A região produtora de café foi, inicialmente, os arredores da cidade do Rio de Janeiro. Com o tempo, essa produção foi se direcionando à região do Vale da Paraíba em São Paulo.

Após o período inicial, o estado de São Paulo se tornou o maior produtor brasileiro de café, desbancando o Rio de Janeiro e produzindo cerca de 70% de todo o café produzido no país entre 1900 e 1930. É importante ressaltar a opinião de Prado Júnior (2008) ao afirmar que um dos fatores importantes para a ascensão de São Paulo como grande produtor brasileiro foi o fato de receber um intenso fluxo de imigrantes europeus destinados à produção do café. São Paulo recebeu cerca de dois milhões de imigrantes, e a grande maioria desses imigrantes veio destinada a trabalhar nas fazendas de café. Além do fluxo dos imigrantes, a expansão da linha do crédito e a expansão ferroviária também contribuíram para estimular a produção cafeeira, reduzindo custos de transporte.

De acordo com Gremaud (1997), a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre constituiu um dos marcos fundamentais da história econômica do Brasil. A produção do café no início do século XIX utilizava a mão de obra escrava. Com a proibição do tráfico de escravos em 1850, essa mão de obra foi substituída, em parte, pela vinda dos imigrantes. A vinda do imigrante como trabalhador livre teve profundo impacto na economia, pois gerou mercado interno para um país que até então quase não o possuía.

Para o autor, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado respondeu por algumas das mais importantes condições para a industrialização do país. Ainda de acordo com o autor, o surgimento de uma massa salarial conta entre as condições que estimularam a produção de bens direcionados ao mercado interno. A presença do imigrante também intensificou esse consumo interno devido a seus hábitos estrangeiros, onde o padrão de consumo era muito diferente daquele presente na sociedade escravista. O imigrante possuía uma cultura diferenciada e estava mais adequado a uma sociedade industrial do que os outros trabalhadores brasileiros ou escravos livres.

Apesar de todos os fatores que contribuíram com a expansão do café, o autor ressalta que o fator principal se explica com as condições do mercado na época. A alta demanda mundial pelo café aqueceu o mercado brasileiro e o impulsionou a intensificar sua exportação. O preço do café cresceu rapidamente na década de 80 do século XIX, fazendo com que as exportações brasileiras também aumentassem e houvesse uma valorização da moeda nacional. De acordo com Furtado (2007), essa alta do preço do café foi causada principalmente pela desorganização do até então maior produtor, a colônia francesa do Haiti. O Brasil passou a depender economicamente da exportação do café, à medida que essa atividade foi se intensificando. A geração de renda interna do país dependia da exportação do café para os países industrializados, enquanto importava desses países os bens industrializados dos quais necessitava para consumo interno.

Para Gremaud (1997), a economia cafeeira, mesmo que dependendo das importações de bens industrializados de outros países, gerou uma intensa diversificação da atividade econômica e urbana. As cidades, principalmente em São Paulo, foram estimuladas graças a essas atividades que tiveram início com a produção do café. Nas palavras do autor:

A primeira atividade induzida pela expansão do café, foi, evidentemente, a comercial: os comissários de café, intermediários entre os fazendeiros e os exportadores de café, instalaram-se principalmente na cidade portuária de Santos. Por uma comissão (em geral de 3% do valor das vendas) negociavam o café do fazendeiro com o exportador. Este era, em geral, o agente de uma casa estrangeira que adquiria o café para enviá-lo à Europa ou aos Estados Unidos [...] O comércio de café atraiu também bancos estrangeiros que se instalaram em Santos, tendo em vista as operações financeiras decorrentes do movimento de exportação e importação daquele porto. (GREMAUD, 1997, p. 52).

Ainda segundo o autor, um dos fatores que auxiliou a diversificação da economia foi a construção de estradas de ferro, onde barateou-se o custo de transporte tanto dos imigrantes como das mercadorias. Além disso, a criação das ferrovias, que só foi possível com a vinda de empresas inglesas (e depois com o surgimento de empresas nacionais), criava novos empregos

e estimulava a economia das cidades onde se instalavam. A cidade de São Paulo foi beneficiada com diversas dessas empresas. Os fazendeiros passaram então a residir na cidade (pois com as ferrovias podiam deslocar-se facilmente para suas fazendas) e isso aqueceu a atividade comercial que já existia na cidade. Diversos bancos internacionais, empresas de serviços urbanos e algumas indústrias se instalaram na cidade, aproveitando o momento de desenvolvimento econômico. Surgiu assim um conjunto de atividades proporcionadas pela produção do café que se integravam e aceleravam a urbanização, denominado como um “complexo econômico” ou “complexo cafeeiro”, onde os próprios fazendeiros constituíam novos bancos, comércios em geral e indústrias. Esse complexo era influenciado pela atividade exportadora do café, visto que era pela exportação que se determinava o nível de produto, renda e emprego desses novos setores.

Sergio Silva (1976) afirma que os imigrantes foram essenciais para o desenvolvimento da industrialização do país e os coloca como fundadores da burguesia industrial brasileira. Segundo o autor, “na região do café, uma parte, senão o próprio núcleo da burguesia industrial nascente encontra as suas origens da emigração européia.” O autor analisa além do trabalho assalariado e cita diversas transformações que foram necessárias para o surgimento da indústria nacional.

Essas transformações não podem ser reduzidas à passagem ao trabalho assalariado, sob o risco de não entendermos a própria passagem ao trabalho assalariado. O trabalho assalariado é o índice de transformações que incluem as estradas de ferro, os bancos, o grande comércio de exportação e importação e, inclusive, uma certa mecanização ao nível das operações de beneficiamento da produção. São essas transformações que fazem da economia cafeeira o centro de uma rápida acumulação de capital baseada no trabalho assalariado. E é como parte integrante dessa acumulação de capital que nasce a indústria no Brasil. (SILVA, 1976, p. 81).

Para Prado Júnior (2008), existem diversos fatores que contribuíram para que a atividade industrial no Brasil fosse falha no século XIX. A abertura comercial no início do século fez com que os produtos estrangeiros entrassem no mercado nacional e, sendo mais desenvolvidos e com custo mais atrativo, desbancassem os produtos nacionais. Além disso, o país carecia de fontes de energia e siderurgia. Mas o fator mais importante que faltava ao país para o desenvolvimento da indústria era o próprio mercado consumidor. Isso mudou com a chegada dos imigrantes no país e o trabalho assalariado na produção cafeeira.

De acordo Gremaud (1997), todas as transformações que se processaram na economia cafeeira seriam índices do desenvolvimento capitalista no Brasil como a expansão do capital comercial, o trabalho assalariado, a construção de estradas de ferro, a criação de bancos e a

crecente urbanização. Todos esses fatores expressaram uma nova forma de acumulação de capital e fundamentaram a industrialização, que não deve ser vista somente como a criação de uma fábrica, mas sim como fruto de um processo que envolvia diversas relações sociais capitalistas.

Os primeiros anos da República foram de expansão na indústria: aliado às novas políticas liberais e menos conservadoras do que as do Império, estava a queda brusca do câmbio e o aumento das tarifas alfandegárias. Segundo Prado Júnior (2008), entre 1890 e 1895 foram fundadas 425 fábricas. Em 1907, já encontravam-se 3258 estabelecimentos industriais. As indústrias se distribuíam entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Todos os outros estados possuíam parcelas menores que 5% de distribuição nacional.

Depois de seus modestos princípios, a indústria brasileira terá seu primeiro surto apreciável no último decênio do Império (1880-1889), coincidindo com esta fase já assinalada de geral recrudescimento das atividades do país. O número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de duzentos em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de seiscentos. O capital invertido sobe então a 400 mil contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3,5% na de vestuário e objetos de tocador, 3% na metalurgia. (PRADO JUNIOR, 2008, p. 259)

A tabela 1 apresenta as características da indústria manufatureira do país nos períodos de 1907, 1920 e 1929.

**Tabela 1 – Brasil, Rio de Janeiro, São Paulo: características da indústria manufatureira**

Características	1907			1920			1929	
	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio de Janeiro	São Paulo
Nº de estabelecimentos	3.258	662	326	13.336	1.542	4.145	1.937	6.923
Capital (Conto de réis)	653.555	167.120	127.702	1.815.156	441.669	537.817	691.661	1.101.824
Força Motriz (Cavalos Valor)	109.284	22.279	18.301	310.424	69.703	94.099	-	-
Operários	149.018	34.850	24.186	275.512	56.517	83.998	93.525	148.376

Fonte: Silva (1976, p. 78-79 *apud* GREMAUD, 1997, p. 66)

Gremaud (1997) identifica que a produção industrial de Rio de Janeiro e São Paulo juntos passou a representar, em 1907, 49% do valor da produção industrial de todo o país. Já em 1920, esse percentual somava 52% de todo o valor brasileiro. São Paulo disparou na frente e logo tornou-se o estado com maior atividade industrial do país, e o fator de maior importância para explicar o porquê do crescimento era sua intensa atividade cafeeira. O desenvolvimento gerado pela atividade exportadora do café impulsionou o estado, trazendo

capital, mão de obra, e população em geral. Além disso, o estado dispunha de abundância de energia hidráulica, que havia se tornado aproveitável através de eletricidade. Ainda segundo o autor, é possível notar também o impacto da expansão cafeeira no Rio de Janeiro. As produções de café de São Paulo e Rio de Janeiro se dirigiam ao porto do Rio de Janeiro, estimulando o fluxo comercial e a economia em geral no estado. Porém, no século XX, conforme a atividade cafeeira no Rio de Janeiro foi declinando, sua indústria também entrou em um processo de desaceleração.

Sergio Silva (1976) afirma que para analisar o surgimento da indústria no país é necessário relacioná-lo às regiões das grandes plantações de café do país. Segundo o autor, essas regiões eram o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Nas suas palavras:

A indústria se desenvolve muito desigualmente nas diferentes regiões do Brasil; desde o começo ela tende a concentrar-se na região do café. Na região acima delimitada (que inclui o antigo Distrito Federal), concentram-se 61% do valor da produção industrial em 1907 e 65% em 1920. É, sobretudo, no antigo Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro e a sua periferia) e no Estado de São Paulo que encontramos a indústria nascente brasileira. Essas duas unidades de federação realizam 49% do valor da produção industrial em 1907 e 52% em 1920. Finalmente, é no estado de São Paulo que a indústria cresce mais rapidamente: 17% do valor da produção em 1907 e 32% em 1920, contra 33 e 21%, respectivamente, no antigo Distrito Federal. (SILVA, 1976, p. 80)

Segundo Prado Júnior (2008), a 1ª Guerra (1914 – 1918) deu grande impulso à indústria brasileira. Com a guerra, ocorreu um forte declínio na importação dos produtos manufaturados, além de uma desvalorização cambial que reduziu a concorrência estrangeira. Nos anos compreendidos entre 1915 e 1919, em torno de seis mil indústrias foram fundadas no país, confirmando essa teoria. Pode-se destacar um crescimento das indústrias de alimentação, que em 1920 chegaram a 40% da produção industrial total do país. Esse aumento se justificou através de um novo ramo na indústria, a congelação de carnes. Essa indústria localizava-se no Rio Grande do Sul (principal centro pecuário do país no século XIX) e em São Paulo.

Na verdade, é apenas nas primeiras décadas do século XX, particularmente nos anos imediatamente anteriores a I Guerra Mundial e durante a década de 1920, que se pode observar um movimento mais nítido e abrangente de investimentos diretos de capitais estrangeiros na indústria de transformação do País, a qual estava então experimentando um segundo impulso no seu desenvolvimento. Embora ainda atrelada ao desempenho da economia agroexportadora, a indústria brasileira estava iniciando naquela época um significativo processo de diversificação de sua estrutura produtiva, incorporando vários ramos derivados da Segunda Revolução Industrial - fábricas de aço, cimento, máquinas e equipamentos, material elétrico, veículos automotores, produtos químicos, etc. (SUZIGAN, 2002, p. 266)

Para Furtado (2000), o surto industrial da época pode ser explicado por vários fatores, entre eles a maior disponibilidade de capital e de mão-de-obra qualificada. As crises ocasionadas pelos períodos de superprodução do café e pela retração dos países consumidores fizeram com que o capital acumulado nesse tipo de atividade exportadora fosse reinvestido em outros setores produtivos, sendo a indústria um dos principais. O preço do café sofrera sucessivas quedas ao longo da última década do século XIX e as primeiras do século XX, fazendo que se tornasse necessária a depreciação cambial por diversas vezes. O problema da superprodução do café, o mesmo que por vezes havia estimulado a produção industrial, foi solucionado, desde o início do século XX, com a intervenção do Estado comprando o excedente e estocando-o. O capital necessário para a compra desse excedente era obtido através de empréstimos estrangeiros. Essa política de valorização teve como resultado assegurar a alta rentabilidade do setor cafeeiro durante o início do século XX até os anos 30.

## **2.2 O início do processo de substituição de importações**

A crise de superprodução do café, em 1929, seguida da *Grande Depressão*, agravou a situação político nacional, a ponto de precipitar a revolução de outubro de 1930. Ascendeu, então, ao poder um grupo de militares e profissionais civis, chefiados por Getúlio Vargas. Por imposição da própria conjuntura, o Estado passou a intervir mais na economia nacional, e esta, por efeito da própria crise, voltou sua face mais para o mercado interno. (FURTADO, 2000, p. 155)

Até o final da década de 20, o Estado continuava a comprar e excedente da produção do café e estocar. Esse mecanismo de defesa da economia cafeeira, segundo Furtado (2007), funcionou relativamente bem até 1929, quando ocorreu a crise do craque da bolsa de Nova Iorque. O autor destaca:

O complicado mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou com relativa eficiência até fins do terceiro decênio do século XX. A crise mundial em 1929 o encontrou, entretanto, em situação extremamente vulnerável. Vejamos a razão disso. A produção de café, em razão dos estímulos recebidos, cresceu fortemente na segunda metade do decênio. Entre 1925 e 1929, tal crescimento foi de quase cem por cento, o que revela a enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumenta dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações [...] A retenção da oferta possibilitava a manutenção de elevados preços no mercado internacional. Esses preços se traduziam em uma alta taxa de lucratividade para os produtores, e estes continuavam a intervir em novas plantações. (FURTADO, 2007, p. 256)

O desequilíbrio resultante entre o excesso de produção e a demanda pelo café causou uma situação cada vez mais agravante. Além de um volume de estoque de café cada vez maior, os empréstimos concedidos ao governo, que até então eram vindos do exterior, ficaram mais difíceis de serem obtidos com a chegada da crise de 1929. Além disso, o preço do café entrou em declínio<sup>1</sup>, forçando uma desvalorização cambial. Em outras palavras, a crise do setor cafeeiro em 1930 abalou todas as estruturas do país, sejam sociais, políticas ou econômicas.

Para Tavares (1977), essa crise teve conseqüência uma alteração no dinamismo da economia do país. Com a dificuldade de importar bens manufaturados, o país iniciou um processo de substituição da produção desses bens. Isso se justifica por alguns motivos gerados pela crise, entre os quais destacam-se a queda das exportações, o baixo preço do café e o encarecimento das importações. Para que esse processo de substituição dos bens ocorresse, o setor industrial aproveitou-se da capacidade ociosa instalada já existente no país.

De acordo com Gremaud (1997), o problema da superprodução do café foi resolvido de uma nova maneira, porém com a mesma tática: o governo continuaria comprando o excedente da produção, porém iria queimar o estoque. Essa atitude se justificava devido à crise mundial e a não possibilidade de usar o imenso estoque em um prazo razoável de tempo. Além disso, o financiamento dessa compra seria através de recursos obtidos pela tributação do café exportado e pela expansão da linha de crédito nacional, e não mais com os empréstimos estrangeiros, visto que esses já não eram mais facilmente atendidos.

Para o autor, dessa maneira, através da compra do excedente da produção, o governo conseguia manter o nível de renda e emprego do setor cafeeiro. Mantendo o nível de renda e emprego, a população mantinha-se com capital disponível e então a demanda de importações poderia manter-se estável. Visto que as importações não estavam mais ocorrendo da mesma

---

<sup>1</sup> Segundo Gremaud (1997) a conjugação dos efeitos da crise de 1929 apareceu no mercado sob a forma de queda dos preços internacionais do café. Em conseqüência, houve uma redução da receita das exportações brasileiras e da capacidade de importar no país.

maneira devido à crise e a dificuldade de importar em um período desses, essa demanda era desviada ao mercado interno, fazendo com que a produção nacional fosse altamente pressionada. Segundo Furtado,

[...] a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados. (FURTADO, 2007, p.271)

Conforme as idéias de Gremaud (2007), outros fatores facilitaram a produção no país: com a desvalorização da moeda, os produtores nacionais ganhavam vantagem em relação aos produtos importados, pois esses tiveram seus preços relativos maiores do que os preços nacionais. Além disso, devido à queda do preço do café, a produção direcionada ao mercado interno tornou-se mais vantajosa do que a exportação.

Para Tavares (1977), para que fosse possível a produção interna nos primeiros anos que se seguem a crise, utilizou-se o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. Isso se devia ao fato da dificuldade de importar máquinas e equipamentos do exterior nesse período de crise mundial.

Furtado (2007) cita como exemplo de aproveitamento da capacidade ociosa a indústria têxtil. Durante o período, notou-se um desenvolvimento da indústria têxtil, que utilizou para sua produção as máquinas já existentes, sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida. Além disso, quando era possível comprar máquinas, optava-se por máquinas de segunda-mão dos países industrializados, pois tinham preços mais atrativos. Essas máquinas eram pertencentes a fábricas que, junto com a crise, fecharam suas portas.

Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa da depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. (FURTADO, 2007, p. 277)

Para Tavares (1977), nessa nova dinâmica, onde o investimento era chave para definir a taxa de crescimento da economia, foi o mercado interno que assumiu o papel de definir as variáveis de renda e emprego. As exportações continuavam tendo papel importante, porém não possuíam mais o papel de destaque. Elas serviam para gerar divisas que seriam reinvestidas nos outros setores produtivos, e para importar máquinas e bens de extrema necessidade para a produção nacional. Essa nova dinâmica pode ser intitulada como

“Processo de industrialização por substituição de importações”. Nas palavras de Furtado (2000):

A política governamental não estimulou as atividades industriais; elas, todavia, se expandiram na década de trinta por efeito de uma série de fatores de origens interna e externa que se conjugaram. O rígido controle das importações provocou um aumento violento dos preços dos produtos adquiridos no exterior, obrigando o consumidor a procurar o produto nacional substituto do importado, o que estimulou o crescimento do mercado interno, que se tornou o setor mais dinâmico da economia nacional. Surgiram, assim, condições para a implantação e expansão de indústrias, que se tornaram ainda mais favoráveis quando o governo elevou a tarifa alfandegária, a partir de 1934, encarecendo o produto importado. (FURTADO, 2000, p. 158)

A indústria que mais se desenvolvia nos anos subseqüentes à crise foi a de produção direcionada a bens de consumo, como a indústria de alimentos, têxtil, de artigos de limpeza. Enquanto o resto do mundo andava a taxas negativas, a indústria brasileira teve uma leve estagnação nos anos iniciais da crise, mas já em 1933 demonstrava crescimento elevado. Segundo Furtado (2000), as indústrias tradicionais de bens de consumo tiveram sua participação diminuída conforme os anos se passaram, e deram lugar ao crescimento de outros setores, como a indústria química e farmacêutica. Além disso, o aumento da produção de minerais não-metálicos possibilitou uma expansão das indústrias de base (como o cimento, siderurgia, papel e carvão) que passaram a crescer a taxas superiores às de outros setores.

Para Gremaud (1997), essa estagnação dos primeiros anos da crise apresentou-se no Brasil como uma produção com taxa de crescimento de 1% ao ano (1929 a 1932), destacando os ramos minerais não-metálicos e têxtil como os responsáveis por entregarem taxas positivas de crescimento, visto que os outros ramos da indústria apresentaram declínio da produção. Já nos anos compreendidos entre 1933 a 1939, as taxas de crescimento foram elevadas em todos os ramos da indústria, e resultaram em um crescimento médio de 11,2% ao ano.

A tabela 2 ilustra essa diferença de produção entre os períodos compreendidos entre 1929-1932 e 1933-1939. Pode-se notar a diferença das taxas majoritariamente negativas nos primeiros anos que sucedem a crise e a curva crescente que se observa no segundo período analisado, época que a economia brasileira retoma seu crescimento.

**Tabela 2 – Brasil: taxas anuais de crescimento da produção industrial, 1929-1932 e 1933-1939 (percentagem)**

<b>Classes e gêneros da indústria</b>	<b>1929 – 1932</b>	<b>1933 – 1939</b>
Indústria Extrativa Mineral	-6,3	8,1
Indústria de Transformação	1	11,3
Minerais Não Metálicos	13,3	19,9
Metalúrgica	-3,5	20,6
Papel e papelão	0,8	22
Couro, Peles e Produtos Similares	2,5	2,7
Química e Farmacêutica	-9,7	10,6
Perfumaria, Sabões e Velas	-1,6	15,8
Têxtil	8,4	11,2
Vestuário e Calçados	-12,5	9,8
Produtos Alimentares	-0,4	1,9
Bebidas	-8,7	8,4
Fumo	-5,1	5,2
<b>Total da indústria</b>	<b>1</b>	<b>11,2</b>

Fonte: Villela e Suzigan (1973, p.211-212 *apud* GREMAUD, 1997, p. 136)

Analisando a tabela 3, pode-se verificar como a indústria utilizou a capacidade ociosa já existente para produzir após a crise de 1929, visto que o valor da importação de equipamentos industriais entrou em profundo declínio a partir de 1930. Essa tendência se mantém até 1932, quando os valores voltam a subir:

**Tabela 3 – Brasil: valores da importação de equipamento industrial, 1924-1939 (valores em libras esterlinas a preços de 1913).**

Ano	Valor da Importação
1924	1.939.346
1925	2.609.991
1926	2.167.597
1927	2.144.788
1928	2.281.960
1929	2.863.740
1930	1.605.285
1931	703.717
1932	777.451
1933	1.242.563
1934	1.543.216
1935	1.929.352
1936	1.925.418
1937	2.412.365
1938	2.836.861
1939	2.428.693

Fonte: IBGE (1987, tabela 7.5, p. 345 *apud* GREMAUD, 1997, p.136)

Segundo Gremaud (1997), a partir de 1932 foi notável o crescimento das importações, sugerindo que nesse ano a utilização da capacidade ociosa havia se esgotado. A partir desse ponto, partiu-se para a importação de novos equipamentos e também da produção interna de bens de capital. Na visão de Furtado (2007):

As indústrias de bens de capital são aquelas com respeito às quais, por motivos de tamanho de mercado, os países subdesenvolvidos apresentam maiores desvantagens relativas. Somando-se essas desvantagens relativas às facilidades de importações que prevalecem nas etapas em que aumenta a procura de bens de capital, tem-se um quadro de reduzido estímulo que existe para instalar as referidas indústrias nos países da economia dependente. Ora, as condições que se criaram no Brasil nos anos 30 quebraram este círculo. A procura de bens de capital cresceu exatamente numa etapa que as possibilidades de importação eram as mais precárias possíveis. (FURTADO, 2007, p. 279)

Apesar de condições precárias de importação, a capacidade ociosa chegou a um esgotamento em certo momento da década de 30. A partir de 1931 o governo liberou as importações de equipamentos imprescindíveis para substituir os impreciosos, mas ainda sem possibilidade de aumento das instalações, de acordo com Furtado (2000). Somente em 1938, quando o saldo da balança comercial permitiu maior disponibilidade de capital disponível essa situação mudou e as importações se tornaram novamente mais acessíveis.

Segundo Furtado (2007), a produção industrial cresceu cerca de 50% entre 1929 e 1937, e a produção direcionada ao mercado interno cresceu mais de 40% no mesmo período. A renda nacional aumentou 20% durante esse período, o que foi muito maior do que os outros países da América Latina que em 1937 seguiam com economias em estado de depressão. Em comparação aos Estados Unidos, o resultado mostra que, enquanto o Brasil apresentava aumento de 20%, os EUA apresentavam rendas decrescentes.

De acordo com Furtado (2000), além do aumento expressivo das indústrias no período, outras criações contribuíram com o plano industrial: em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; em 1934 surgiu o primeiro instituto de previdência social do país; em 1937 foram estruturadas as leis trabalhistas; em 1940 fixou-se o primeiro valor de salário mínimo. Além dos citados acima, em 1939 foi aprovado o Plano Especial de Obras Públicas e Reparcelhamento da Defesa Nacional do governo nacional, que visava à criação de indústrias de base e à execução de obras públicas essenciais para a infraestrutura econômica. O Governo Vargas atuou no que se diz respeito ao incentivo da indústria do país, desenvolvendo diversos departamentos, ministérios e leis. Foram criados seis órgãos de planejamento com atribuições de alcance nacional: o Departamento de Administrativo do Serviço Público (DASP); o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE); o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF); a Coordenação de Mobilização Econômica (CME); o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e a Comissão do Planejamento Econômico (CPE). Como resultado prático da intervenção estatal no setor industrial nesse período pode-se citar a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1942; a criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1940; e a criação da Companhia do Vale do Rio Doce, em 1943.

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial em 1939, iniciou-se um período de recessão que durou até 1942. Segundo Furtado (2000), a concentração das indústrias dos países beligerantes em seu esforço de guerra impediu que o Brasil mantivesse seu nível de importações de bens de capital e insumos básicos, essenciais ao desenvolvimento econômico. O produto industrial, cuja média de crescimento anual foi de 11,2% entre 1933 e 1939, caiu para a média de 5,4% no período de 1939 a 1945.

Nesse período, o setor industrial sofreu com as limitações sobre as importações que foram impostas pela guerra. Houve extrema dificuldade para adquirir novos ou substituir os equipamentos já esgotados. Os setores que mais sofreram com as limitações foram o têxtil, o mecânico e o de transportes. Nas palavras de Gremaud (1997):

Convém ressaltar que, restringidas as importações, tornou-se difícil a reposição de máquinas depreciadas e a efetivação de novos investimentos. Por isso, a indústria, durante a Segunda Guerra Mundial, manteve elevada ocupação da capacidade produtiva, levando ao extremo a utilização de máquinas, em geral, bastante antigas. (GREMAUD, 1997, p. 144)

A partir de 1943 a produção industrial voltou a crescer, até 1945. Ainda segundo o autor, a taxa de crescimento foi de 9,4% em média. Alguns ramos foram beneficiados pelos esforços de guerra, pois os produtos puderam ser exportados para os países beligerantes ou mesmo para os países que não podiam dispor da oferta de seus fornecedores tradicionais em função da guerra.

### **2.3 Crescimento industrial Pós-Guerra**

O período iniciou com dois acontecimentos importantes para a história do país: o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim do governo Vargas. Os anos que seguiram foram caracterizados por intenso desenvolvimento industrial e por um período econômico positivo no Brasil.

Baer (1983) descreve o período e justifica a mudança que fez com que a industrialização fosse potencializada:

A causa imediata do esforço de industrialização que se seguiu à II Guerra Mundial foi semelhante à de outras situações que, anteriormente, haviam provocado surtos de desenvolvimento industrial – ou seja, dificuldades no setor externo da economia – mas sua característica principal foi bem diversa da apresentada por outros períodos. A diferença básica constituiu em ter a industrialização deixado de ser um expediente ocasional para transformar-se em uma decidida política no sentido de modificar drasticamente a estrutura da economia brasileira. A razão fundamental desta mudança foi o fato de os responsáveis pelo país terem-se tornado conscientes de que, no futuro, o Brasil não poderia alcançar elevado ritmo de crescimento se continuasse a se apoiar basicamente na exportação de seus principais produtos primários cujo mercado mundial estava em retração. (BAER, 1983, p. 29)

Após o término da Segunda Guerra, a indústria voltou a crescer com ritmo acelerado, em torno de 9,8% entre 1945 e 1952. Para o país, o final da Segunda Guerra teve como resultado um elevado saldo de moeda estrangeira, devido à profunda queda das importações durante a Guerra. Sem as importações, o país pode acumular, gerando uma economia de divisas. Porém, segundo Furtado (2000), essas reservas cambiais acumuladas no país durante a Segunda Guerra logo se esgotariam devido à intensa procura de importações e também da alta internacional de preços de produtos importados.

Cedendo às pressões internas, o governo estabeleceu, pouco antes do término do conflito, um regime cambial isento de restrições, exceto para a remessa de lucros e repatriamento de capitais. O efeito imediato dessa liberação foi o aumento violento das importações (115%) em 1946-1947, não apenas de bens de capital e insumos básicos – adquiridos com os Certificados de Equipamentos emitidos nos anos anteriores –, mas também de produtos não prioritários e mesmo supérfluos, tais como automóveis e perfumes. (FURTADO, 2000, p. 170)

Porém, apesar do desperdício inicial, o governo do país na época aproveitou alguma parte das dívidas acumuladas pela guerra e iniciou um programa de reestruturação da indústria do país, dando o impulso para uma nova etapa de crescimento industrial e de desenvolvimento para a economia brasileira.

A tabela 4 analisa as taxas médias de crescimento de produção industrial em gêneros selecionados, nos anos de 1945 a 1952.

**Tabela 4 – Brasil: taxas médias de crescimento da produção industrial em gêneros selecionados, 1939-1952 (percentagem média ao ano)**

<b>Gêneros</b>	<b>1945/1952</b>
Minerais Não Metálicos	10,4
Metalúrgica	20,5
Mecânica	10,7
Material Elétrico	22
Material de Transporte	41
Papel	9,2
Borracha	8,9
Couros e Peles	4,8
Química e Farmacêutica	8,7
Têxtil	3
Alimentos	7,7
Bebidas	10
Editorial e Gráfica	10,2
Total	9,8

Fonte: Malan *et al.* (1977, p.302, *apud* GREMAUD, 1997, p.143)

Segundo a tabela, apesar de todos os ramos apresentarem taxas de crescimento, os setores produtores de meios de produção como material elétrico e transportes, apresentaram taxas de crescimento extremamente elevadas, superando 20% ao ano. Segundo Gremaud (1997), essa diferença se refletiu na estrutura industrial já em 1949. A participação dos ramos tradicionais (alimentos, vestuários, calçados) começou a declinar conforme novos ramos iam tomando espaço, como a indústria metalúrgica, química e a indústria de minerais não metálicos.

Para explicar esse rápido desenvolvimento das indústrias de bens de capital, o autor justifica alegando que a falta de bens de produção durante o período mais crítico da guerra, onde a importação acontecia com maior dificuldade, fez com que as indústrias nacionais

vissem uma forma de expansão, absorvendo parte da demanda reprimida. Para isso, as indústrias nacionais aproveitaram o momento seguinte, onde a importação foi facilitada.

Deve-se ressaltar, no entanto, que esta demanda “reprimida” por bens de capital durante a guerra deve ter-se dirigido, em parte, para a indústria nacional ao fim do conflito. Com liberdade para importar (em 1946/47) ou com o regime cambial – de 1947 a 1953 – que favorecia importações essenciais (embora aí se incluíssem os próprios equipamentos industriais), com a produção de aço de Volta Redonda (a partir de 1946), algumas indústrias de bens de capital devem ter absorvido parte da “demanda reprimida” gerada durante a guerra. Este fato pode explicar a rápida expansão de alguns ramos industriais tipicamente produtores de bens de produção, como observado anteriormente. (GREMAUD, 1997, p. 145)

Em termos gerais, foi nessa época que o processo de substituição de importações tornou-se mais dinâmico. Houve particularidades que facilitaram o desenvolvimento da indústria, como os incentivos cambiais e creditícios que foram recebidos. Além disso, as cidades ganharam maior densidade populacional, o que permitiu à indústria uma maior disponibilidade de mão-de-obra abundante, barata e acessível para atender ao seu crescimento. O setor agroexportador se manteve como o principal gerador de divisas para a sustentação do processo industrial nacional. O Estado teve papel fundamental no desenvolvimento industrial, posicionando-se a favor da indústria e adotando políticas que auxiliassem o desenvolvimento da mesma. O governo Dutra, por exemplo, elaborou o *Plano Salte*, que se constituiu de um conjunto de programas econômicos e sociais distribuídos em setores essenciais (saúde, alimentação, transportes e energia), estimulando a indústria desses setores e desenvolvendo a economia por conseqüência. Segundo Furtado (2007), o Plano Salte foi fundamental para a formação das indústrias de automóveis e construção naval.

Para Gremaud (1997), dessa maneira, não se poderia atribuir o avanço da industrialização apenas ao estrangulamento externo. Apesar de o estrangulamento externo ter induzido a adoção de políticas a favor da indústria, existia naquele momento uma estrutura econômica interna que era fundamental para a dinâmica da indústria. Sem isso não seria possível. Dessa maneira, os efeitos dos desequilíbrios externos eram somente mais um fator que se agregavam ao “movimento endógeno de acumulação”. O produto industrial na década de 1950 manteve seu ritmo de crescimento elevado, começando com crescimento de 12,7% no ano de 1950 e mantendo um crescimento industrial de 5% nos anos de 1951 e 1952. Esse crescimento aumentou novamente em 1953 e seguiu até 1955 com taxas de 9% e 11%. No ano de 1953 foi criada a PETROBRAS e notou-se o fortalecimento da indústria pesada no país. O governo Vargas atuou fortemente com sua política de industrialização, focando em pontos de estrangulamento que deveriam ser investidos. Os pontos principais de investimento

público foram os setores de energia e transportes. Além disso, o governo facilitou a importação de máquinas para a indústria estimulando a indústria privada.

O mecanismo cambial adotado pela política econômica da época aproveitou-se da redistribuição das divisas obtidas pela exportação para beneficiar o setor industrial do país. Dessa maneira, viu-se o sistema cambial sendo utilizado com instrumento de fomento à industrialização desde o início do período pós-guerra até o Plano de Metas do governo JK.

## 2.4 JK e o Plano de Metas

O processo inflacionário que se apresentou nesse período foi fruto do período pós-guerra, onde houve prosperidade na economia. Além disso, o preço internacional do café voltou a cair no período, fazendo com que o saldo da balança comercial voltasse a ser negativo. A indústria enfrentava, além dos problemas políticos, falta de oferta de bens de capital e de infra-estrutura. Para Lessa (1981), a situação econômica do país em 1956 necessitava de políticas adequadas, pois apresentava um desequilíbrio em ascensão.

Tavares (1977) disserta sobre o período de dificuldades do país, alegando que o período sofreu com a queda na capacidade de importar. Segundo a autora, a partir de 1954, as condições do setor externo brasileiro, assim como os demais países da América Latina, voltou a piorar. Com a queda dos preços do café e a reação pouco elástica do quantum exportado, a capacidade para importar tendeu a declinar e o quantum geral de importações só conseguiu-se à custa de considerável financiamento externo.

Segundo Baer (1983), Juscelino Kubitschek assumiu em 1956 e optou por manter a política de industrialização de maneira a garantir o desenvolvimento nacional. Para isso, elaborou o *Plano Nacional do Desenvolvimento*, que, por suas metas quantitativas – estabelecidas de acordo com o planejamento setorial, ficou mais conhecido como o Programa de Metas, um plano que tinha como objetivo o *desenvolvimento*. Na definição do autor:

Tal programa não representava um plano geral de desenvolvimento global. Nele não estavam abrangidas todas as áreas de investimento público nem todas as indústrias básicas, da mesma forma que não procurou conciliar as necessidades de recursos nos setores abarcados pelo plano com as dos setores não incluídos, nem tampouco com a disponibilidade global de recursos. Fixaram-se metas de cinco anos para 30 setores básicos da economia, tanto de infra-estrutura como diretamente produtivos, metas a serem cumpridas em conjunto pelo governo e a iniciativa privada. Cinco grandes áreas foram cobertas: energia, transporte, alimentação, indústrias básicas e educação (especialmente a formação de pessoal técnico). Os investimentos infra-estruturais concentravam-se na eliminação de pontos de estrangulamento estruturais [...] (BAER, 1983 p. 56)

Alguns dos fatores que influenciaram o governo a optar com uma política de incentivo à indústria, segundo Lessa (1981): o país já havia alcançado um alto grau de diversificação industrial, possuía um espaço econômico considerável e a forte pressão que os grupos urbano-industriais (que apoiaram a eleição de JK) estavam exercendo sobre o governo. Para que o investimento do plano ocorresse, era fundamental que o país atraísse capital estrangeiro. Segundo Tavares (1977), a entrada de capital estrangeiro era fundamental. Analisando o período anterior (1948-1952), o processo de desenvolvimento do país se deu através do dinamismo do setor exportador. No período de JK esse dinamismo havia sido perdido, e teve de ser compensado pela entrada substancial de capital estrangeiro.

No Plano de Metas foi realizada uma análise dos pontos de estrangulamento, os quais impactavam o crescimento econômico e não permitiam uma expansão coordenada dos setores básicos da economia do país. Segundo Furtado (2000), no setor industrial esses pontos foram localizados nas indústrias de base, principalmente nas áreas de transporte, energia e alimentação. A concepção de ponto de estrangulamento deu origem ao seu oposto, os pontos de germinação, que são definidos por aqueles cujos investimentos, pelo seu efeito multiplicador, impulsionam mais a economia, estimulando novas atividades. Como exemplo de ponto de germinação pode-se citar a construção da nova capital, Brasília.

Segundo Lessa (1981), a prioridade do plano era a construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a essa estrutura. O plano pretendia integrar todos os objetivos dos diferentes ramos industriais, e apoiava-se em um “tripé” constituído por Estado, capital privado e capital estrangeiro, todos exercendo funções distintas e fundamentais. Nesse período surgiram diversos ramos industriais, e os principais foram considerados os ramos automobilístico, de construção naval, material elétrico e de máquinas e equipamentos. Além disso, foi um período de grande expansão do ramo da siderurgia, química, petróleo, papel, celulose e de metais não ferrosos. O Plano de Metas gerou um crescimento médio anual industrial de 11%. Esses valores foram resultado da política desenvolvimentista do governo e do afluxo de capitais estrangeiros no país. A política desenvolvimentista também auxiliou as indústrias privadas, através de incentivos fiscais e concessão de crédito.

Para Gremaud (1997), o Plano de Metas teve sucesso enquanto estratégia de desenvolvimento industrial, porém obteve fracasso no sentido de superar os desequilíbrios preexistentes e pelos problemas financeiros que gerou pela falta de mecanismos adequados de financiamento dos investimentos. Para Lessa (1981, p.85), o resultado do plano no plano industrial foi positivo. O autor alega que “[...] apesar de a estrutura industrial apresentar

desconexões, o principal foi realizado. Em termos qualitativos, o Brasil abre a década dos 60 com um perfil industrial de economia madura.”

Segundo Tavares (1977), o período de 1956 a 1961 foi considerado a terceira fase do desenvolvimento pós-guerra. Esse período foi caracterizado por dois fatores relevantes: o aumento da participação do Governo nos investimentos (direto ou indiretamente), e a entrada de capitais estrangeiros privados para financiar o investimento em alguns setores. Verificou-se, durante o período de expansão industrial, altos índices de concentração regional e de renda, onde a indústria dinâmica ficou concentrada na região Sudeste e a renda concentrada nas mãos dos grandes capitalistas industriais do país e na classe média dos centros urbanos. A política econômica expansiva do período teve como resultado um crescimento médio anual de produção industrial de 11%. Esse crescimento teve como resultado um aumento da taxa de inflação, que no período de 1955 a 1960 foi de 28%. O período posterior, que sofreu as maiores conseqüências dessa inflação, teve suas taxas médias anuais de inflação em 62% (entre os anos de 1960 a 1965). Fausto e Devotto (2005) analisam o período desenvolvimentista brasileiro:

Os êxitos econômicos do governo JK foram notáveis em seus dois primeiros anos. Apesar do aumento da inflação e das dificuldades no comércio exterior, a economia crescia rapidamente – o PIB cresceu por volta de 8% em 1957 e 1958. [...] Já durante 1958, o governo se viu obrigado a tomar empréstimos de contingência, do FMI e do Eximbank, para fazer frente à sangria de reservas que começara em 1957. Ao mesmo tempo, a inflação saltou de 7% para 24% em 1958. O déficit público, que chegara a 4% em 1957, continuava crescendo, devido ao forte incremento dos investimentos públicos em infra-estrutura em 1958, especialmente na construção de estradas e da nova capital. (FAUSTO E DEVOTTO, 2005, p. 349)

Segundo Furtado (2000), apesar dos problemas observados que foram causados pelo Plano de Metas - como a inflação crescente, o desajuste do balanço de pagamentos, o aumento da dívida externa e da concentração de renda - o crescimento foi inegável para o desenvolvimento do país, idéia que foi proposta pelo próprio JK. Além do produto industrial ter crescido taxa de 11% ao ano, o produto real nacional cresceu a uma taxa média de 8,3%, taxa nunca vista antes na história do país. Além disso, houve uma importante etapa do processo de substituição de importações que foi processada nessa época, com a entrada e participação do capital estrangeiro investindo no país.

## 2.5 Da crise ao ‘milagre econômico’ (1963 – 1973)

Após o período JK, que foi caracterizado por um alto nível de crescimento econômico, a economia brasileira entrou em uma fase de retração, de acordo com Furtado (2000). A taxa de crescimento do produto real, que fora de 10,3% em 1961, baixou para 5,3% em 1962 e para 1,5% em 1963. Já a taxa de inflação, que apresentou-se em 30,5% em 1960, subiu para 81,3% em 1963 e chegou a 91,9% em 1964. Nas palavras do autor:

A queda das taxas de crescimento econômico pode ser explicada como decorrência de vários fatores que se conjugaram. Internamente, o número de substituições de produtos importados teria chegado a um limite que não possibilitaria manter aceleradas as taxas de crescimento do produto industrial. O aumento da taxa de inflação teria, também, desestimulado a poupança interna e inibido investimentos produtivos. (FURTADO, 2000, p. 187)

Analisando por etapas dentro do período, é possível identificar que entre os anos 1962 a 1967 houve retração do crescimento econômico. Ainda segundo o autor, a instabilidade política comprometeu a credibilidade externa do país, o que provocou uma diminuição do fluxo de entrada de capitais estrangeiros. Em outras palavras, esse período foi marcado por uma redução da credibilidade do país perante aos capitalistas e investidores. Em 1967, o nível de investimentos era correspondente a 11% dos investimentos realizados em 1962. Os empréstimos e financiamentos caíram de 381 milhões de dólares em média por ano, entre 1956 a 1961, para 265 milhões no período entre 1962 a 1964. A crise política que se sucedeu entre os anos de 1961 até 1964, desde quando Jânio Quadros renunciou ao poder até o golpe militar, pode ser considerado como um dos motivos responsáveis pela crise que o país se encontrava. Além disso, a intensa concentração de investimentos realizados no governo JK fez com que a capacidade instalada ficasse subutilizada quando houve a maturação desses investimentos. Esse ponto também pode ser considerado um dos motivos da crise, pois a oferta global da economia estava muito acima da demanda agregada existente.

Segundo Baer (1983), além das quedas sucessivas do produto nacional e da alta descontrolada da taxa de inflação nos anos de 1962 a 1964, existia também o problema do balanço de pagamentos, que revelava dificuldades devido à estagnação e desorganização das exportações. Além do balanço de pagamentos, o autor também destacou a dificuldade do país em receber capitais privados e públicos e os desequilíbrios estruturais, agravados pela industrialização por processo de substituição de importações. Segundo o autor, por ocasião da mudança do regime em 1964, a economia brasileira já havia perdido o seu dinamismo.

De acordo com Furtado (2000), quando Castello Branco assumiu em 1964 sob o regime militar, tinha como objetivo agir para combater a inflação e retomar o ritmo de crescimento econômico. Para isso, foi implementado o primeiro plano econômico do regime militar, o PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo. O plano tinha como meta principal o combate à inflação. Para isso foram adotadas medidas como redução do déficit orçamentário, a retração do crédito e da moeda, aumento da receita tributária e contenção dos reajustes salariais (que passaram a ser feitos com base apenas na produtividade). A meta de inflação estabelecida pelo plano era de 25% em 1965 e 10% em 1966. O Plano também acreditava na criação de um sistema de incentivos que dirigisse os investimentos para áreas e setores considerados essenciais pelo governo. O governo estimulou a indústria de construção civil, pois aumentou a construção de casas populares. Além disso, desde o início do regime militar, houve um aumento de arrecadação tributária, tanto em impostos diretos como indiretos.

Durante a década de 60, foram iniciadas medidas para modernizar e desenvolver os mercados financeiros do Brasil, de acordo com Baer (1983). O governo baixou certo número de leis e regulamentos instituindo a correção monetária nos instrumentos financeiros. A Lei do Mercado dos Capitais de 1965 foi baixada com o objetivo de criar um arcabouço institucional para o fortalecimento de ações. Essa lei previa, também, o estabelecimento de bancos de investimento destinados a garantir as emissões de ações novas, bem como incentivos fiscais para o aumento do fluxo de fundos para o mercado de capitais. Segundo o autor:

O governo estimulou o desenvolvimento de mecanismos de crédito destinados a aumentar a demanda, por parte dos investidores e consumidores, dos bens que poderiam ser fornecidos pela capacidade produtiva do Brasil. Assim, por exemplo, em meados da década de 60 foram criadas várias instituições no âmbito do BNDE destinadas à aquisição de bens de capital produzidos no Brasil. Além disso, no fim dessa década assistiu-se ao rápido crescimento das companhias financeiras que operavam com o crédito para a compra de bens de consumo. (BAER, 1983, p. 229)

Como resultado do plano, a inflação foi reduzida de 90%, em 1964 para 39,5% em 1966, porém às custas de retração econômica até 1967, conforme ressaltou Furtado (2000). O produto real cresceu à taxa anual média de 3,7% nesse período. Somente no ano de 1966 observou-se uma reação da economia, com o produto real crescendo a 5,1%.

Para Gremaud (1997), de um período que iniciou com altas taxas de inflação e crescimento econômico desacelerado, chegou-se a uma etapa onde já era possível planejar os próximos passos, ondesse daria um enfoque maior ao crescimento econômico, agora que as taxas de inflação encontravam-se mais estabilizadas.

O PAEG preparou o terreno para a retomada do crescimento econômico. Entre 1964 e 1967, porém, as taxas de crescimento econômico foram baixas, fruto inclusive do próprio componente conjuntural do plano que estabeleceu políticas de contenção de demanda. Neste quadro, a equipe econômica que assumiu o comando em fins de 1967, em vez de prosseguir no combate inflacionário, passou a ver o crescimento econômico como necessidade mais premente, inclusive para legitimar o regime. (GREMAUD, 1997 p. 185)

O período compreendido entre 1968 a 1973 foi caracterizado por altas taxas de crescimento do produto real. Furtado (2000) afirma que o governo Costa e Silva (1967-1969), a Junta Militar que o sucedeu (agosto a outubro de 1969) e o governo Médici (1969-1974) caracterizaram um período de altas taxas de crescimento do produto real e maior ênfase na expansão do mercado externo. Esse período de 1968/1973 ficou conhecido como “Milagre Brasileiro” e apresentou taxas de crescimentos nunca vistas na história do país.

A tabela 5 mostra as taxas anuais de crescimento real do PIB, PIB per capita, Indústria e Agricultura.

**Tabela 5 – Taxas anuais de crescimento real do PIB, PIB per capita, indústria e agricultura (em %)**

Ano	PIB real	PIB real per capita	Indústria	Agricultura
1956-62	7,8	4	10,3	5,7
1962-67	3,7	1,3	3,9	4
1968	8,4	6,3	13,2	1,5
1969	9	5,9	10,8	6
1970	9,5	6,4	11,1	5,6
1971	11,3	7,7	11,2	12,2
1972	10,4	ND	13,8	4,1

Fonte: Conjuntura Econômica (v. 25, n. 9 *apud* BAER, 1983, p. 231)

Conforme demonstra a tabela, a indústria foi o principal setor no surto de desenvolvimento que iniciou-se em 1968.

A tabela 6 apresenta a taxa média anual de crescimento industrial por gêneros no período de 1967-1972.

**Tabela 6 – Taxa média anual de crescimento industrial, por gêneros: 1967-1972 (em %)**

Setores	Taxa de crescimento		
	1967-70	1971	Produto de 1970/Produto de 1964
Manufaturados – total	14,2	11,6	156
Minerais não-metálicos	17,3	11,1	162
Produtos de metal	14,4	5,6	166
Maquinaria	22,7	3,6	142
Equip. eletricidade	13,4	21,3	213
Equip. transporte	32,6	19	244
Prod. Papel e papelão	9,1	6,3	158
Produtos de borracha	15,3	11,8	189
Produtos químicos	15,6	13,6	169
Têxteis	7,4	8,8	96
Vestuários, calçados, etc	1,7	-1,8	101
Produtos alimentícios	8,3	3,6	142
Bebidas	8,2	4,8	142
Fumo	9,6	5,7	138
Construção	14,4	8,4	126
Utilidades públicas	12,2	ND	163

Fonte: BAER (1983, p. 233)

Segundo Baer (1983), conforme os dados analisados na tabela é possível identificar que as maiores taxas de crescimento ocorreram nas indústrias de bens de capital, bens de consumos duráveis e produtos químicos. Já os setores de artigos mais simplificados, como a indústrias têxtil, vestuário e produtos alimentares desenvolviam-se a taxas bem menores. Além disso, segundo o autor,

[...] verifica-se que a faixa de crescimento entre o período de 1964 a 1970, no que se refere aos setores de rápido crescimento, variou de 42% na produção de maquinaria a 66% na indústria de produtos de metal, 69% na de produtos químicos, 113% na de equipamento elétrico e 144% na de equipamentos de transporte. (BAER, 1983, p. 233)

A tabela 7 analisa o crescimento da produção de 1968 a 1974.

**Tabela 7 – Brasil: crescimento da produção, inflação e investimentos, 1968-1984.**

<b>Ano</b>	<b>PIB</b>	<b>Indústria</b>	<b>Agricultura</b>	<b>Serviços</b>	<b>Inflação</b>	<b>Investimentos</b>
1968	9,8	13,3	4,5	8,9	24,8	18,7
1969	9,5	12,1	3,8	11,6	18,7	19,1
1970	10,4	11,9	5,6	10,5	18,5	18,8
1971	11,3	11,8	10,2	11,2	21,4	19,6
1972	11,9	14,2	4	12,4	15,9	20,2
1973	14	17	0,1	15,6	15,5	21,4
1974	8,2	8,5	1,3	10,6	34,5	22,8
1975	5,2	6,2	3,4	11,8	29,4	24,4
1976	10,3	10,7	4,2	7,5	46,3	22,5
1977	4,9	3,9	9,6	4,1	38,6	21,4
1978	5	6,4	-2,7	6,2	40,5	22,2
1979	6,8	6,8	4,7	7,8	77,2	23
1980	9,2	9,2	9,5	9	110,2	23,6
1981	-4,3	-8,8	8	-2,5	95,2	21,6
1982	0,8	0,1	-0,2	2,1	99,7	20
1983	-2,9	-5,9	-0,4	-0,5	211	17,2
1984	5,4	6,4	2,6	5,4	223,8	16,3

Fonte: IBGE conjuntura econômica *apud* GREMAUD (1997, p. 184)

De acordo com Gremaud (1997), é possível perceber através da tabela que o crescimento da economia, no período do Milagre Econômico, acompanhou o comportamento da indústria. A taxa média de crescimento do PIB ficou próximo de 11% e o crescimento industrial em torno de 13%.

O período do Milagre, segundo o autor, foi caracterizado por uma mudança da política econômica por parte do governo. Houve uma expansão da linha de crédito, principalmente do crédito agrícola e consumidor. Houve também um aumento dos gastos públicos com as estatais, que foi possível devido ao aumento das receitas governamentais. Dessa maneira, nas palavras do autor,

Delfim Netto, em seu primeiro ano no comando da economia, além de manter elevados níveis de dispêndio, com destaque para os investimentos em infraestrutura, ampliou substancialmente a quantidade de incentivos fiscais e subsídios para uma série de setores prioritários como as exportações e regiões atrasadas – mecanismos estes que se tornaram a tônica da política industrial do governo. (GREMAUD, 1997, p. 186)

Segundo Furtado (2000), o governo estabeleceu o PED – Plano Estratégico do Desenvolvimento - com objetivo de crescimento acelerado e auto-sustentado. A idéia do crescimento auto-sustentado foi trocada pela adoção de um modelo em que o enfoque da política econômica partiu do mercado interno para o externo. O governo deu maior ênfase à

política comercial, ampliando incentivos existentes e criando outros. Além disso, o governo adotou um sistema de minidesvalorização da moeda a partir de 1968.

Ainda segundo o autor, com a desvalorização da moeda as exportações começaram a crescer em altas taxas. Em 1973 as exportações alcançaram seis milhões de dólares, o que representou um aumento de 275% em comparação às exportações do ano de 1967. Ocorreu na época, também, um aumento de preços internacionais dos produtos alimentares, o que ajudou o país a intensificar a exportação dos seus produtos primários. A balança comercial teve saldos positivos até 1970 e em 1973.

A partir de 1968, registrou-se acentuada recuperação da economia brasileira, com o máximo aproveitamento da capacidade ociosa do setor industrial. O período de 1966-73 foi considerado, então, “o milagre econômico brasileiro”, pelo fato de ter ocorrido uma elevada taxa de crescimento do produto real com uma moderada elevação dos índices gerais de preço. O produto real cresceu cumulativamente 78,5% em 1968 e 1973. O nível de preços manteve-se cadente no período, baixando de 25,4% em 1968 para 15,1% em 1973. (FURTADO, 2000, p. 197)

Como resultados da euforia econômica, Gremaud (1997) destaca que houve um crescimento desequilibrado da economia, com desproporcionalidades setoriais, e um processo de concentração de renda. O aumento das pressões inflacionárias também foi identificado ao fim do período do Milagre.

O ano de 1973 foi marcado por uma rápida expansão econômica mundial, com crescimento do comércio internacional, e pelo aparecimento de uma série de pressões inflacionárias nos países industrializados e a persistência da tendência à desvalorização do dólar. [...] Internamente, o ano de 1973 segue a mesma tendência internacional. Verificou-se a maior taxa de investimento e crescimento ao longo do Milagre, com a emergência de uma série de pressões inflacionárias, contidas ou encobertas pela política de controle de preços do CIP e por manipulações nos índices de preços. [...] Os desequilíbrios foram ampliados, mas puderam ser cobertos pela situação externa favorável. Assim, mesmo que não seja a causa, uma vez que os desequilíbrios estruturais existiam e eram crescentes, o choque do petróleo veio precipitar sua manifestação. (GREMAUD, 1997, p. 190)

## **2.6 Crise do petróleo e o II PND**

Segundo Furtado (2000), os principais países fornecedores de petróleo ao Ocidente tiveram suas balanças comerciais afetadas devido à queda do valor real do dólar. De acordo com o autor, a desestabilização do sistema monetário internacional atingiu particularmente a economia dos países em desenvolvimento, que tinham seus principais produtos de exportação

cotados em dólares e dependiam de captação nessa moeda para satisfazer suas necessidades de importações e atender seus compromissos externos.

Seguindo essa linha de raciocínio, o autor afirma que em 1971, os países membros da OPEP decidiram subir o preço do barril do petróleo de 1,80 dólar para 2,50 dólares. O petróleo, no Brasil, participava de 49,2% da energia consumida no país em 1973, sendo que a produção interna do país só atendia 23,5% da demanda. Segundo o autor, mesmo assim, o impacto da crise do petróleo mundial não afetou o Brasil na mesma escala que em outros países:

O impacto causado pelo aumento violento do preço do petróleo no mercado mundial não repercutiu de modo mais grave na balança comercial brasileira devido ao aumento quase simultâneo dos preços de alguns produtos de exportação – principalmente do café, que participava com cerca de 22% da receita cambial -, bem como ao nível das reservas internacionais, superior a 6,4 bilhões de dólares, suficiente para atender a mais de um ano de importações. (FURTADO, 2000, p. 204)

A situação do Brasil piorou substancialmente com a crise mundial. O país, que já vinha se endividando desde o período do milagre econômico, viu a situação se agravar com a elevação dos preços do petróleo. Os gastos com matérias-primas importadas chegaram a ser superiores do que os gastos com petróleo, no período citado.

Segundo Gremaud (1997), a tendência da economia seria de reversão do ciclo expansivo, e isso se daria tanto pelos desequilíbrios internos como pelos externos. A economia brasileira estava operando acima do produto potencial e necessitava de um volume alto de importações de bens de capital e matérias primas, acarretando em um aumento da dívida externa e do processo inflacionário. Porém, havia um conflito de decisões para o governo. Enquanto o curto prazo indicava a necessidade de uma desaceleração, a resolução do governo a longo prazo implicava em manter a política de crescimento econômico. Essa decisão marca os primeiros momentos do governo Geisel. O Brasil utilizou como opção para lidar com as contradições do período a “fuga para frente”. Basicamente isso se desenrolava em acomodar os conflitos com base no crescimento contínuo, estabilizando as inquietações sociais e reforçando o sistema do regime militar.

Foi nessas condições que o governo optou por manter com o crescimento econômico. Segundo Cruz (1984):

Na visão das atividades governamentais, a economia brasileira, uma ilha de tranquilidade em meio a um mar revolto, deveria responder à crise através do crescimento acelerado resguardando um relativo controle sobre a inflação e sobre o Balanço de Pagamentos. O dado novo na retórica oficial é que se tratava não mais de acelerar o crescimento desordenado, desequilibrado, mas sim de orientá-lo decisivamente na direção de setores que haviam ficado relativamente atrofiados no período anterior: insumos básicos e bens de capital. (CRUZ, 1984, p. 37)

De acordo com Gremaud (1997), dessa maneira o governo elabora o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o qual estava baseado em um conjunto de investimentos com ênfase em algumas indústrias básicas e na infra-estrutura, sendo os mesmos realizados por empresas estatais e pela indústria de bens de capital privado nacional. O Plano, segundo Furtado (2000):

Em apoio ao II PND, o governo manteve a política de endividamento para promover o desenvolvimento econômico, o que foi considerado uma decisão audaciosa para muitos, uma vez que a economia mundial sofria uma forte crise provocada pelo aumento do preço do petróleo, principalmente os países industrializados. Como esses países eram grandes consumidores de produtos primários dos países em desenvolvimento, a retração de sua economia refletiu-se diretamente nas exportações dos países fornecedores de matéria-prima e no preço dos importados e, principalmente, na aquisição de bens de capital, de que os países em desenvolvimento careciam para atender seu crescimento industrial. (FURTADO, 2000, p. 205)

Ainda segundo o autor, o II PND era mais flexível que os planos anteriores. Ele previa a retomada e também a representação da última etapa do processo de substituição de importações para bens de capital e insumos básicos através de investimentos privados. Além disso, o governo aumentou 115% os investimentos de exploração, produção e refino de petróleo. O plano do governo era alterar a matriz energética, ao se reduzir a dependência brasileira em relação ao petróleo e aumentar a produção de energia elétrica. Era objetivo do plano, também, aumentar a produção de insumos industriais, minérios de ferro, alumínio e aço.

Para atingir os objetivos do plano, Furtado (2000) afirma que o governo previa investimentos anuais correspondentes a 38% do PNB, além de utilizar altos volumes de empréstimos externos para auxiliar as empresas privadas nacionais e para financiar as importações necessárias para a realização dos investimentos. A captação de recursos externos foi mais intensa a partir de 1975, quando houve declínio da poupança interna.

Segundo Bresser-Pereira (1985), o objetivo do II PND era fazer com que a economia nacional crescesse a uma taxa média de 10% ao ano, a indústria 12%, agricultura 7% e as exportações em torno de duas vezes e meia em volume no conjunto do período. Como

resultado verificado entre o período de 1974 a 1981, observou-se um crescimento do PIB a uma taxa média de 5,4%, indústria também com 5,4% e agricultura com 4,9%. Comentando os resultados do II PND, Furtado (2000) afirma

O II PND alcançou a maior parte de seus objetivos, tendo o processo de substituição possibilitado um melhor desempenho do comércio exterior, notadamente no início dos anos oitenta, gerando superávits na balança comercial. O produto real cresceu à taxa média de 6,9% ao ano, no período 1973-78 e a renda per capita elevou-se de 1.308 dólares em 1973 para 1.580 em 1978. O crescimento da economia brasileira no período que se seguiu ao primeiro grande aumento de preço do petróleo bruto e derivados, no mercado mundial, chegou a se constituir quase como uma exceção, tendo em vista que a maioria dos países atravessava um período de reajuste, inclusive os mais capitalizados. (FURTADO, 2000, p. 207)

Segundo Gremaud (1997), o II PND, apesar dos percalços, teve êxito na grande maioria dos seus objetivos. Como exceção pode-se citar os setores de bens intermediários, como siderurgia, petroquímica, minerais não metálicos, papel e celulose. Além disso, o plano conseguiu fechar quase que por inteira a matriz industrial brasileira, com exceção dos setores tecnológicos, continuando com a dependência externa desses. Nas palavras do autor,

[...] o II PND pode ser colocado como o último processo de substituição de importações centrado no Estado desenvolvimentista. O modelo de desenvolvimento havia conseguido levar a industrialização a seu estágio final, mas não conseguiu internalizar o progresso técnico e nem tampouco uma indústria capaz de enfrentar a concorrência internacional. (GREMAUD, 1997, p. 206).

O endividamento externo intensificou-se com o II PND. Segundo Furtado (2000),

[...] os efeitos da crise internacional foram, todavia, bem mais profundos e duradouros do que poderiam ter sido estimados por ocasião na elaboração do II PND. O governo, embora tenha admitido no próprio Plano, custou a reajustar a política econômica brasileira à nova realidade internacional, o que agravou os problemas com o serviço da dívida externa. (FURTADO, 2000, p. 207)

### 3 PROCESSO INDUSTRIAL ARGENTINO

Este capítulo apresenta a formação e o desenvolvimento industrial da Argentina. Para melhor compreensão, será dividido em quatro períodos históricos: a fase agroexportadora, o início do processo de substituições de bens não duráveis, o período da indústria impulsionada pelo Estado e o crescimento econômico iniciado na década de 1960.

#### 3.1 O auge do modelo primário exportador e a formação do capital industrial

Ferrer (2006) identifica o período argentino ocorrido entre 1860 a 1930 como uma etapa de crescimento econômico baseado na atividade primária exportadora. Segundo o autor,

A intensidade da integração da Argentina na economia mundial em expansão, desde os meados do século XIX, revolucionou em poucas décadas a fisionomia social, política e econômica do país. Assim analisa-se esse período de desenvolvimento argentino, definido como economia primária exportadora. *Primária*, porque em toda a etapa a produção agropecuária foi o setor mais importante da atividade nacional, e *exportadora* porque a comercialização de produtos agropecuários constituiu o elemento impulsor do crescimento do período. (FERRER, 2006, p.75)

De acordo Lenz (2004), a economia argentina veio a apresentar, entre os séculos XIX e XX, um intenso crescimento econômico. Esse período, que veio a ser conhecido com a *Belle Époque* argentina, teve significativas taxas de crescimento econômico. A Argentina destacava-se em comparação aos demais países da América Latina, e teve o seu crescimento possível devido à incorporação de terras férteis e a diminuição dos custos de transporte no país, que facilitaram a aproximação com os mercados dos países europeus.

Díaz Alejandro (1970) remonta que houve poucos antecedentes mundiais para comparar à taxa de crescimento da economia argentina no período compreendido entre 1860 e 1930. Segundo o autor, durante os 50 anos anteriores a I Guerra Mundial, o PIB argentino cresceu em média 5% ao ano.

É importante destacar que economia argentina até a década de 1870 era basicamente dependente da exportação de couro, lã e sebo. A partir de 1870, novos produtos foram incluídos nessa lista, como a carne, o trigo e o milho. Segundo Cortés-Conde (1997, p. 204) “El crecimiento industrial en las décadas finales del siglo pasado y las primeras de éste tuvo lugar como resultado de la expansión de las actividades primarias para la exportación.”

Antes de 1880, segundo Rapoport (2000), a indústria argentina era basicamente rudimentar. As indústrias existentes relacionadas à exploração da pecuária tradicional – como

os *saladeros*<sup>2</sup> - estavam entrando em uma etapa de declínio que iria se acentuar mais ainda com a chegada dos frigoríficos e com o final do ciclo da lã. O autor afirma que existiam alguns artesanatos no interior, como os têxteis, porém eram de origem doméstica, e com o *boom* da década de 1880, eles sumiriam rapidamente.

Já para Lewis (2000), já existia, no segundo quarto do século XIX, uma espécie de indústria que servia para atender as necessidades locais. Nessas indústrias o couro era curtido e transformado em alguns produtos, como sapatos e calças. O processo em questão poderia ser identificado como uma pequena indústria, pois entendia-se por uma pequena fábrica que utilizava técnicas similares àquelas empregadas em indústrias dos países mais avançados.

O autor identifica dois períodos diferentes referentes à indústria argentina antes de 1929. O primeiro período vai até a Primeira Guerra Mundial, e tem como base para expansão a era das exportações, e o segundo período, que são os anos compreendidos entre o final da Primeira Guerra até a crise mundial desencadeada em 1929.

Segundo Ferrer (2006), o desenvolvimento econômico da Argentina no período de economia agroexportadora foi ligado ao protagonismo da Inglaterra na época. Foi a Inglaterra a principal fonte de capitais e de correntes migratórias não só para a Argentina, como para diversas regiões no período.

A utilização das novas terras férteis apropriadas pelos argentinos no período só foi possível graças à chegada dos imigrantes e pelas construções das estradas de ferro, que facilitaram o transporte dos produtos a baixos custos. Para Cortés-Conde (1997), durante o período de 1885 a 1889 o crescimento populacional anual teve como responsável 76% da imigração. Para Lenz (2004), mesmo que as reduções dos custos de transportes tenham sido levantadas como possíveis causas do fluxo imigratório, houve, também, auxílio por parte do governo. O governo argentino na época criou uma política de atração de imigrantes com intuito de absorver mão de obra, além dos próprios imigrantes terem partido com a oferta tentadora de um país com grandes extensões de terra.

Ainda segundo a autora, a inserção da Argentina no comércio internacional foi a razão desse período de intenso crescimento econômico, e as exportações dos produtos de origem rural a peça chave do sucesso. A autora afirma que a partir do período de 1860, o aumento da criação de ovinos para produção de lã começou a se tornar mais economicamente atraente do que o couro. A lã pode ser considerada o caminho que levou a criação de gado, e teve sua

---

<sup>2</sup> Os *saladeros* podem ser identificados como grandes companhias que produziam carne seca e salgada e exportavam para os mercados internacionais. O procedimento partia desde a criação do gado, o processamento da carne, até a venda por atacado.

produção máxima em 1865. Nesse período as exportações encontravam-se em um bom período, alcançando altos volumes. A lã continuou em expansão por mais alguns anos, durante a década de 1870, e segundo Rapoport (2000), foi o principal produto de exportação na década de 70.

Os produtos de gado foram tornando-se mais atraentes ao passar dos anos e, na década de 1880, se intensificaram na província de Buenos Aires, de acordo com Lenz (2004). Nesse período inaugurou-se uma nova era na economia argentina, o domínio da criação de gado. Os proprietários de gado nesse período puderam absorver grandes lucros.

De acordo com Díaz Alejandro (1970), durante a década de 1870, a expansão das ferrovias e a necessidade de alimentos acarretaram em um aumento das exportações dos produtos de gado e de cereais. Esse período viria a ser caracterizado por um crescimento econômico sem precedentes para o país sob o modelo primário exportador. Segundo o autor, nesse período de crescimento econômico, o benefício não foi direcionado somente aos donos das terras, mas também aos imigrantes, capitalistas urbanos, investidores estrangeiros, entre outros.

Cortés-Conde (1997) lembra que o crescimento ocorrido no período de 1875 a 1912 não se tratava apenas da exploração dos recursos disponíveis e do aproveitamento das terras, mas também das inovações tecnológicas apresentadas ao setor agroexportador.

Segundo Ferrer (2006), os intensos investimentos externos concedidos a diversos países em desenvolvimento ao redor do mundo foram fundamentais para o crescimento do país no período. Segundo o autor, durante o período compreendido entre 1874 e 1914 os investimentos estrangeiros passaram de 6 bilhões para 44 bilhões de dólares. Desse montante, 27 bilhões eram originados da Inglaterra, França e Alemanha. 34% do total desses investimentos foram alocados para África, Ásia e América Latina, enquanto 38% foram alocados para a América do Norte.

Segundo Lenz (2004), o início do período de industrialização da Argentina teve como obstáculos a falta de recursos minerais e a distância dos mercados consumidores. A indústria se desenvolveu em linha com a exportação dos produtos agropecuários. Basicamente, a Argentina possuía grandes recursos quando se falava de grãos e carnes, e foi nessas fortalezas que o país se baseou para exportação.

A indústria argentina caracterizou-se, desde o seu início, como intensiva no uso de recursos naturais agropecuários, e muito do seu desenvolvimento pode ser visto como uma resposta à disponibilidade de recursos, à localização geográfica e às características da oferta de insumos agropecuários. [...] A Argentina, pela sua localização, encontrava-se a enormes distâncias dos mercados abastecedores de matérias primas diferentes de alimentos e combustíveis. Mesmo considerando que os fretes marítimos tenham caído drasticamente no final do século XIX, os custos de matérias-primas e de combustíveis postos no porto de Buenos Aires produziam um encarecimento nos seus produtos, que reduziu suas possibilidades competitivas. (LENZ, 2004, p. 148)

A tabela 8 apresenta as principais indústrias argentinas no ano de 1887.

**Tabela 8 – Las principales industrias argentinas - 1887**

<b>Nombre</b>	<b>Industria</b>	<b>Capital \$ m/n</b>	<b>Obreros</b>
La provedora de M. Durán	cigarrillos	1.000.000,00	434
Casa amarilla	-	400.000,00	250
Pamelo y Santa Coloma	aceite vegetal	500.000,00	75
Vda De seminario	chocolate	500.000,00	50
Sánchez Hnos	calzado	400.000,00	400
Artezonado Argentino	mosaicos	250.000,00	30
R. Ayerza y Cía	cerámica	250.000,00	115
G. Storn	carpintería mecánica	250.000,00	130
Polero Hnos	molino harinero	250.000,00	130
Fontana	taller macánico	250.000,00	10
P. Spinola	taller macánico	200.000,00	45
J. M. Scott y Cía	jabones y derivados	200.000,00	150
E. Bieckert	cervaza	200.000,00	80
C. Gómez	talabartería	200.000,00	230
Ansaldo Hnos	talabartería	200.000,00	120
Spinetto Hnos	aserradero	150.000,00	315
S. Luppi Hnos	curtidurías	125.000,00	30
Vda. M. Berthe	licores	120.000,00	-
E. Cardini	fábrica de camas	120.000,00	50
J. Barzi	muebles	100.000,00	40
A. W. Junor	cerámica	100.000,00	100
Pasqueale Y Cía	taller mecánico	100.000,00	50
F. Cidals y Cía	carpintería mecánica	100.000,00	23
A. Zanotti	carpintería y aserradero	100.000,00	120
E. Barrié	taller de armería	100.000,00	4
J. Baumana	sastrería	100.000,00	50

Fonte: Dorfman (1970, p. 202, *apud* LENZ, 2004, p.149)

Nas observações a autora salienta que a maior indústria referia-se a produção de cigarros, chamava-se La provedora de M. Durán e contava com 434 funcionários. Referente

ao número de trabalhadores destaca-se também a indústria de calçados Sánchez Hnos, com 400 funcionários.

A tabela 9 apresenta o número de estabelecimentos industriais, número de trabalhadores, capitais e número de máquinas em 1895.

**Tabela 9 – Número de establecimientos industriales, personal empleado, su capital en pesos moneda nacional y número y fuerza de su maquinaria - 1895**

Industrias est. por categorías	Número de casas	Personal empleado	Capitales (m\$ <i>n</i> )	Número de máquinas		
				A Vapor	HP	Otras
I. Alimentación	4.082	27.071	67.285.696	632	7.373	5.301
II. V. y tocador	5.713	32.599	45.086.764	175	1.686	7.215
III. Construcción	3.955	30.519	46.531.872	645	10.486	4.529
IV. Muebles y anexos	2.259	12.721	23.010.006	133	696	2.832
V. Art. Y ornatos	949	2.560	8.568.925	6	25	726
VI. Met. Y anexos	3.163	14.631	26.478.585	308	2.122	6.446
VII. Prod. Químicos	317	4.712	12.902.462	119	1.850	966
VIII. Gráficos y anexos	427	5.080	9.009.838	77	459	2.117
IX. Mixtos y diversos	1.339	15.757	45.227.219	253	2.530	1.568
Total	22.204	145.650	284.101.367	2.348	27.227	31.700

Fonte: Cortés Conde (1963, p.159, *apud* LENZ, 2004, p.150)

Segundo Cortés-Conde (1963), o país possuía 22.204 indústrias no ano de 1895 com um número total de 146.650 funcionários. De acordo com Lenz (2004), era nos setores de vestuário, alimentação e construção que se encontrava a maioria dos estabelecimentos. Porém, em termos de volume de capital, os setores de alimentação, construção, vestuário e metalurgia somavam 60% de todo o capital. Para a autora, o Censo não havia considerado categorias também essenciais que foram reveladas em boletins especializados, como as indústrias de farinhas, os moinhos, as fábricas de cerveja, os *saladeros*, as fábricas de álcool e destilarias, as usinas de eletricidade e as fábricas de gás. Essas indústrias possuíam a maior concentração de capitais e eram consideradas como uma extensão da exploração agroexportadora.

Ainda segundo a autora, as quatro décadas que sucederam o ano de 1855 marcaram um período de intensificação das indústrias no país, sendo que o número de estabelecimentos multiplicou em quase sete vezes, totalizando 88.439 em 1895. Em Buenos Aires, no período compreendido entre 1881 e 1895, o número de indústrias triplicou, passando de 2.114 para 5.576 estabelecimentos.

Segundo Cortés Conde (1997), no período compreendido entre 1911 a 1930 a produção industrial da Argentina cresceu 103%, a uma taxa de 3,8% ao ano. Nos primeiros

anos da Primeira Guerra Mundial, o crescimento industrial foi mais lento devido à escassez de matérias primas que eram originadas dos países que estavam em guerra. Já na década de 1920, a Argentina cresceu cerca de 80%.

O autor afirma que o período compreendido entre 1875 a 1935 pode ser dividido em três subperíodos. De 1875 a 1900, de 1900 a 1914 e de 1914 a 1935. Segundo o autor, a taxa de crescimento observada durante o primeiro período (1875 – 1900) foi de 8,2% ao ano, no segundo período (1900 – 1914), a taxa de crescimento foi de 7,5% ao ano, e o terceiro período (1914 – 1934) teve taxa de crescimento de 4,2% ao ano. Nas estimativas da CEPAL, esse número apresentou-se como crescimento de 5,4% no segundo período, ao invés de 7,5%, e no terceiro período 4,1%.

A tabela 10 apresenta a taxa de crescimento dividido por décadas entre 1875 a 1934.

**Tabela 10 – Tasas de crecimiento por décadas (promedios trienales)**

<b>Década</b>	<b>Nuestras estimaciones</b>	<b>CEPAL</b>
1875-90	5.2	
1890-1900	11.5	
1900-10	7.8	6.0
1910-20	2.2	0.7
1920-30	4.3	5.1
1930-34	8.0	2.3

Fuente: Cortés Conde (1996, *apud* CORTÉS CONDE, 1997, p.207)

De acordo com Cortés Conde (1997), é possível identificar um crescimento notável entre 1875 a 1890, que depois se acelera a mais de 11% ao ano na década de 90. É possível notar, também, a queda brusca na década de 1910 a 1920, onde o autor afirma que se devem aos anos de 1914 a 1917. Já a queda da década de 30 ocorreu entre os anos de 1929 e 1931.

Segundo Lenz (2004), um dos empecilhos para o surgimento de algumas indústrias no país no início do século XX foi a falta de recursos minerais, como o ferro e o carvão. Segundo a autora,

A Argentina, diferentemente dos outros países no começo da industrialização, como a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos, teve a desvantagem de não possuir os recursos minerais, carecendo, fundamentalmente, de ferro e carvão, o primeiro básico para a metalurgia e a maquinaria e o segundo fonte principal de energia. Desse modo, nas primeiras décadas do século XX, as indústrias surgiram nos ramos que contaram com a matéria-prima próxima aos locais de produção e cujos baixos custos possibilitavam competir com a produção importada e chegar aos mercados internacionais. (LENZ, 2004, p. 153)

A tabela 11 ilustra a participação dos ramos industriais no valor total agregado pelas indústrias da Argentina.

**Tabela 11 – Participacion de las ramas industriales en el incremento total del valor agregado por las industrias manufactureras en la Argentina – 1900 – 1904 y 1925 – 1929 (%)**

<b>Industrias</b>	<b>1900-04 (BCRA/Cepal)</b>	<b>1925-29(Conade/Cepal)</b>
Total	100	100
Alimentos y bebidas	34,3	27,5
Imprenta y publicaciones	12,2	12,2
Otras manufacturas y artesanías	9,8	13,1
Artículos de cuero	6,6	4,1
Productos químicos	6	4,2
Confecciones	5,8	7,5
Metales	5,5	6,4
Piedras, vidrios y cerámica	5,4	4,9
Vehículos y maquinaria, excluida la eléctrica	3,7	3,3
Productos textiles	3	3,8
Productos de la madera	2,7	6,2
Papel y cartón	2,2	2,7
Derivados del petróleo	2,2	3,4
Tabaco	0,6	0,7
Productos de caucho	Nil	0,1
Maquinaria y equipos eléctricos	Nil	Nil

Fuente: Díaz Alejandro (1970, p. 227 *apud* LENZ, 2004, p.155)

Para a autora, as indústrias de alimentação e têxtil foram as principais responsáveis pelo crescimento industrial do período 1900-1914, sendo que o têxtil se manteve com papel significativo até a década de 1940, quando a metalurgia assumiu esse papel. A expansão dos cultivos do algodão foi a responsável pelo avanço da indústria têxtil na década de 1920, sendo o algodão a nova e última fronteira agropecuária.

Mas, para Ferrer (2006), só foi a partir da década de 1930 que a estrutura produtiva do país viria a se modificar devido à dimensão do mercado interno, conforme as palavras do autor:

Por volta de 1930, a Argentina havia adquirido uma dimensão econômica considerável em termos de população e renda por habitante. Isso acarretava uma demanda interna ampla e diversificada que, no entanto, não tinha reflexo na estrutura produtiva e nem na composição das exportações, devido ao insuficiente desenvolvimento industrial. De qualquer forma, o desenvolvimento do país na altura de 1930 não podia enquadrar-se nos limites estreitos da economia primária exportadora. (FERRER, 2006, p. 156)

### 3.2 O modelo baseado no processo de substituição de importações (1930 – 1942)

A crise mundial gerada pelo craque da bolsa de 1929 gerou restrições monetárias e financeiras, baixas de preços e salários e retrocesso da atividade econômica, de acordo com Rapoport (2000). Ferrer (2006) apresenta os seguintes dados sobre a economia mundial pós-crise de 1929:

O volume físico das exportações mundiais caiu em 25%, entre 1929 e 1933, e os preços em mais de 30%. Em consequência, o valor das exportações mundiais totais reduziu-se em aproximadamente 50% entre esses anos, como resultado do efeito depressivo da queda do volume físico e da diminuição dos preços. Durante toda a década de 1930, as exportações mundiais não recuperaram os níveis anteriores à crise. Após os pontos mais baixos da depressão, em 1932 e 1933, começou uma lenta recuperação. (FERRER, 2006, p. 141)

Ainda segundo o autor, a crise e o comportamento internacional pós-1929 afetou principalmente os países dependentes da economia agroexportadora. Segundo o autor, nesses países a queda das exportações foi intensificada pela deterioração dos termos de troca entre os produtos primários e os produtos industrializados. Na América Latina, o poder de compra das exportações caiu pela metade entre 1928-1929 e 1932.

A crise de 1929, para Fausto e Devoto (2004), teve impacto direto em todas as economias latino-americanas, interferindo nas relações exteriores dos países. A Argentina, que mantinha a mesma pauta de exportações desde antes da crise (trigo e carne), não conseguiu compensar a intensa queda das exportações. Apesar da queda do volume, o preço dos produtos manteve-se estável. Entre o período de 1932-1933 e 1938-1939 o quantum das exportações caiu 20% no país.

Segundo Cortés Conde (1997), a partir da década de 1930, na Argentina, iniciou-se o processo de industrialização por substituição de importações. Alguns produtos continuaram sendo importados, porém em volume menor, e a grande maioria dos produtos passou a ser produzido internamente para atender a demanda. Como exemplo dessa substituição de importações pode-se citar o caso da produção têxtil, onde em 1914, 96% dos insumos eram importados e, em 1935, esse número caiu para 17%.

Ferrer (2006) alega que o início da década de 1930 marca o fim da economia primária exportadora do país. Segundo o autor, existiam dois fatores internos e o contexto internacional externo que convergiram para o fim da economia agroexportadora:

No plano interno, a ocupação total das terras dentro da fronteira dos pampas, consumada por volta da década de 1920, dava fim ao processo tradicional de aumento da produção rural: a ocupação de novas terras. Até então, o progresso técnico havia acompanhado a expansão da superfície explorada, mas o rápido crescimento da produção agropecuária e das exportações teria sido impossível sem a prévia ocupação e exploração de novas terras no interior dos pampas. A partir daí, o aumento da produção passou a depender dos rendimentos por hectare, isto é, das mudanças tecnológicas e da mecanização da exploração rural. Por outro lado, o tamanho e a complexidade da economia argentina, em termos de população, renda por habitante e diversificação estrutural, impunham a integração crescente da atividade produtiva por meio do desenvolvimento industrial. Ao mesmo tempo, no plano internacional, a perda do dinamismo na demanda de produtos agropecuários de clima temperado alterou radicalmente o papel que a economia internacional havia desempenhado no crescimento econômico desde meados do século XIX. (FERRER, 2006, p. 157)

Ainda segundo o autor, as ocorrências acima citadas foram os fatores que determinaram a perda do poder do setor agropecuário na década de 1930. Além disso, promoveu a quebra da vinculação tradicional do país e do seu setor agroexportador com a economia internacional. Segundo o autor, a partir desse período, não era mais aceitável postergar o desenvolvimento econômico do país atrelado a um crescimento industrial, baseado na inclusão da tecnologia ao tecido produtivo e social.

Por outro lado, Tobar (1998), afirma que os preços dos produtos exportados originários do Pampa Úmido tiveram uma redução devido à crise de 1929. Os preços das exportações que em 1921-1925 eram de US\$ 345,4, caíram para US\$297,5 em 1926-1930 e para US\$185,3 em 1931-1935. Os dados apresentados podem ajudar a confirmar a teoria de que a década de 1930 trazia consigo o fim do modelo de desenvolvimento baseado nas exportações dos produtos agrários.

Segundo Mattei e Santos Júnior (2009), o tratado assinado entre Argentina e Inglaterra em 1933 (Roca Ruciman) favoreceu o desenvolvimento da indústria no país, pois trazia produtos ingleses importados por um preço moderadamente mais baixo do que produtos importados de outros países industrializados, como os dos Estados Unidos. Villanueva (1972) chama atenção para as importações dos EUA, que, graças ao acordo, ficavam em média 20% mais caras do que as inglesas. Isso fez com que os EUA começassem a investir diretamente no país. O tratado trouxe dois benefícios então: manteve os produtos agropecuários do país no mercado inglês (especialmente a carne) e estimulou a indústria argentina através de investimentos de capitais norte-americanos no país.

De acordo com Villanueva (1972), dois aspectos da política econômica do período foram fundamentais para o processo de desenvolvimento industrial do país: a política de controle cambial e a política de proteção tarifária. A política de controle cambial foi

implementada com objetivo de estancar a depreciação do peso argentino sem perder as reservas de moedas internacionais. A política de proteção tarifária aumentou os encargos sobre os produtos importados, o que acabou indiretamente favorecendo o setor industrial, visto que quanto mais caro fosse o produto importado, maior era a necessidade de produzi-lo internamente.

Para Gerchunoff e Lach (2003), a década de 1930 na Argentina apresentou um crescimento quantitativo e qualitativo na produção industrial do país. A indústria do país em 1939 já era em torno 35% maior do que em 1930, e significava 22,5% da produção total do país, ultrapassando o setor agroexportador.

O capital estrangeiro foi de extrema significância para o setor industrial na década de 1930, conforme já visto nesse capítulo. Nessa época 45 indústrias multinacionais instalaram-se no país, e os investimentos internacionais chegaram a 800 milhões de pesos no setor industrial entre 1931 a 1937. De acordo com Villanueva (1972), durante o período compreendido entre 1937 e 1943, 36% de todo o capital investido na indústria era representando por capital estrangeiro. Destacam-se esses investimentos para as indústrias dos ramos químicos, metais e têxteis. No setor do ramo têxtil, muitas das empresas instaladas no país eram de origem norte-americana.

Ferrer (2006) faz uma análise da década de 1930 na Argentina e dos avanços conquistados mesmo que as importações estivessem em baixa.

Entre 1933 e 1939, o produto interno bruto aumentou em 23%. Essa expansão apoiou-se fundamentalmente em um incremento das exportações e do consumo interno, já que o investimento fixo declinou nesse período. Entre 1925-1929 e 1935-1939, com efeito, o investimento caiu 16%. A crise de divisas gerou forte contração das importações, que repercutiu fundamentalmente nas de maquinaria e equipamento, que são as principais fontes de abastecimento desse tipo de bens de capital. Recorde-se que entre 1925-1929 e 1935-1939 o volume total das importações reduziu-se em quase 30%. (FERRER, 2006, p. 175)

Segundo Fausto e Devoto (2004), a imigração, que vinha em um fluxo intenso na década de 1920 (cerca de 1,4 milhão de imigrantes entre 1921 a 1930), entrou em declínio após a crise de 1929. Na década de 1930, apenas 370 mil imigrantes foram registrados no país. Segundo o autor, o declínio da vinda dos imigrantes pode ser entendido como consequência da crise mundial, onde número de oferta e demanda dos imigrantes é alterado, além das políticas restritivas para imigrantes.

Segundo Mattei e Santos Júnior (2009), a Argentina foi o país mais industrializado da América Latina na década de 1930. A participação da indústria no produto do país era de

22,7% e a produção industrial per capita de 122 dólares. A taxa anual de crescimento industrial da Argentina entre 1932 e 1939 foi de 7,3%. No período analisado, houve uma intensificação da construção de estradas no país, além de investimentos em setores de infraestrutura - devido à intensa urbanização -, como os setores de energia, transportes e construção civil. A industrialização no país, na década de 30, teve como resultado uma alteração na sua composição: constatou-se uma diversificação na estrutura industrial e nos setores, introduzindo novos ramos industriais como os setores químicos e metálicos, porém mantendo os tradicionais e principais, como os setores de alimentos e tecidos.

Ainda segundo os autores, a Segunda Guerra Mundial teve impactos mais amenos no país do que em outros países da América Latina. A dificuldade de importação causada pela guerra motivou mais ainda a produção interna, e a expansão da atividade industrial resultou em um tímido, porém consistente, crescimento econômico. Nos primeiros anos da década de 1940, a intensificação da substituição de importações foi notável devido aos empecilhos à importação criados pelo comércio durante a guerra. Além disso, o país conseguiu exportar diversos produtos para os Estados Unidos e também para outros países da América Latina. De acordo com Gerchunoff e Llach (2003), foi no período da segunda Guerra que os Estados Unidos passaram a significar 23,5% do mercado exportador para a Argentina. Porém, houve aspectos negativos com a impossibilidade de importações: as indústrias que necessitavam de bens de capital e novas máquinas ficaram carentes nesse período. Segundo Bulmer-Thomas (1988), a taxa média de crescimento industrial anual foi de 3,6% durante o período da Segunda Guerra. Além disso, com o final da Guerra, o boom das exportações se desfez.

Segundo Ferrer (2006), o estoque de capital em máquinas e equipamentos caiu em torno de 30% entre 1938 e 1945. Devido a esse fator, o crescimento econômico no período foi tímido, resultando em um crescimento do produto interno bruto de 13% entre os anos de 1939 e 1945. Já o produto do setor industrial cresceu 27% entre 1933 e 1939.

A tabela 12 apresenta a evolução da indústria manufatureira durante a Segunda Guerra (1939 – 1945).

**Tabela 12 – Evolução de la industria manufacturera durante la guerra (1939 – 1945) (base 1953 = 100)**

<b>Rubro</b>	<b>1939</b>	<b>1941</b>	<b>1943</b>	<b>1944</b>	<b>1945</b>
Industria total	65,65	68,34	72,46	82,17	82,75
Alimentos	75,51	76,04	85,91	91,58	84,79
Textiles	56,44	62,77	81,1	91,64	98,78
Cuero	82,45	95,55	120,19	136,18	140,26
Papel y carbón	66,53	80,14	87,88	88,5	89,9
Prod. Químicos	54,06	69,48	78,25	88,34	82,47
Caucho	66,4	73,93	16,62	15,69	14,99
Metales	75,97	72,95	58,17	81,33	77,14
Vehículos y maq.	53,5	52,19	65,4	71,22	74,62
Máq. Y ap. eléct.	32,86	34,9	26,08	25,43	24,29

Fuente: OECEI (1959, *apud* RAPOPORT, 2000, p.339)

De acordo com a tabela, é possível identificar um aumento de produção em setores como o têxtil e o de couro e um declínio no setor de máquinas elétricas. Rapoport (2000) afirma que as políticas utilizadas pelo governo favoreceram o setor industrial.

Em realidad, la política desarrollada por los gobiernos argentinos entre 1939 y 1945 favoreció mas a la industria que a la agricultura y al comercio. A las medidas implementadas a lo largo de los años '30 y a la nueva protección fáctica de la guerra se les sumaron facilidades crediticias como redescuentos orientados al sector industrial otorgados por el Banco Central. [...] Culminando este proceso, se creó, en 1944, el Banco de Crédito Industrial, que jugaría un papel importante en el financiamiento de las actividades fabriles. (RAPOPORT, 2000, p. 338)

Ferrer (2006) caracteriza o final do período:

O golpe do Estado de 4 de junho de 1943 derrubou o presidente Castillo e seu projeto de manipular a próxima eleição presidencial em benefício do regime vigente. O governo militar começou a antecipar as linhas do que pouco depois seriam as políticas do governo peronista. O Conselho Nacional do Pós-Guerra, estabelecido em 1944 e presidido pelo coronel Perón, lançou a orientação básica de uma política industrialista tendente a eliminar os gargalos e provocar uma transformação da estrutura produtiva fundada no protagonismo da indústria manufatureira. (FERRER, 2006, p. 175)

### **3.3 A industrialização argentina organizada pelo Estado (1946-1962)**

O período da industrialização organizada pelo Estado tem início antes mesmo de 1946, quando, em 1943, o presidente Ramon Castillo é deposto pelos militares. Segundo Ferrer (2006), surgiu então a figura do coronel Perón, o qual foi ministro de guerra, secretário do trabalho e previdência e vice-presidente do país. Em 1946, com o apoio dos militares, da Igreja Católica e dos sindicatos, foi eleito presidente da Argentina.

Segundo Mattei e Santos Júnior (2009), o governo peronista possuía um caráter nacionalista e industrializante, intensificando a restrição das importações que pudessem competir com os produtos nacionais e oferecendo crédito facilitado para as indústrias nacionais se desenvolverem. A política cambial utilizada pelo governo foi de caráter fundamental para que o plano ocorresse corretamente. Para isso, o governo priorizou as importações que favoreciam a indústria, como a vinda de novas máquinas e matérias-primas. O avanço do setor industrial foi apresentado através dos números, onde a taxa média do crescimento industrial anual entre 1951 a 1958, segundo Gerchunoff e Lach (2003), foi de 5,3%.

A diversificação da indústria nesse período ficou por conta dos setores de base, onde se destacou a criação da siderúrgica SOMISA em 1946. Houve uma queda considerável de importações, onde, segundo Gerchunoff e Llach (2003), os produtos importados consumidos no país caíram de 45%, em 1929, para 15% em 1950.

Para Fausto e Devoto (2004), a idéia de adotar políticas que favorecem a industrial nacional vinha se fortalecendo desde a década de 1930. A Segunda Guerra foi responsável por parte dessa idéia, pois criou melhores condições para o favorecimento da indústria através da substituição de importações. Dessa maneira, o governo de Castillo e a intervenção militar subsequente já haviam favorecido suas políticas com o intuito de desenvolver a indústria nacional. Perón deu continuidade a essas políticas, conforme os autores ilustram no parágrafo abaixo:

A Argentina de Perón optou por uma estratégia de expansão do mercado interno, apoiada no grande incremento do salário real, que aumentou mais de 50% entre 1945 e 1948, no crédito fácil para o setor industrial, a juros negativos, baseado na transferência dos ganhos do setor agropecuário mediante o controle do comércio exterior. Para tanto, foi criado, em 1946, o Instituto Argentino de Promoción Del Intercambio (IAPI), a partir de um órgão concebido em 1940 a fim de incentivar o comércio exterior e administrar exportações e importações por meio de taxas de câmbio diferenciadas. Se até então o preço dos produtos agropecuários fora sustentado para compensar sua queda nos mercados internacionais, agora confiscava-se uma parte dos seus ganhos no intuito de subsidiar as importações para o setor industrial. (FAUSTO E DEVOTO, 2004, p. 301)

Os autores complementam a análise afirmando que houve, nesse período, um aumento substancial dos gastos públicos, onde os mesmos cresceram 60% entre 1945 e 1954. Os gastos eram originados no aumento das atividades do governo e também no aumento do salário real do setor público. Além disso, houve também, no período peronista, uma política de nacionalização de setores básicos na economia, que só pôde ser realizado devido às reservas disponíveis no país e à alta dos preços internacionais dos produtos exportados pelo país. Em

1946, a média dos preços era o dobro dos preços em 1937, e o quase o triplo em 1948. A balança comercial do país permaneceu positiva até 1948, pois as exportações, que cresciam em valor, compensavam as importações necessárias para o desenvolvimento da indústria. Rapoport (2000) afirma a intenção da política industrializante no governo peronista:

[...] la industria ocupaba un lugar central en la concepción económica del peronismo. Su crecimiento era tomado como la base sobre la que se podría avanzar en la redistribución del ingreso, en el logro del pleno empleo y en la independencia del abastecimiento interno.[...] los instrumentos de política industrial utilizados apuntaban en especial hacia la restricción de las importaciones en los sectores prioritarios, la concesión de subsidios y desgravaciones impositivas, y la constitución de un aparato crediticio que facilitara el financiamiento para el sector, quedando esbozados en el régimen de “Protección y Promoción a las Industrias de Interés Nacional” del dito. 14.630/44, vigente hasta 1957. (RAPOPORT, 2000, p.426)

Segundo Ferrer (2006), o governo peronista possuiu dois momentos distintos. O primeiro, a fase “clássica”, durou de 1946 a 1949, quando a fase expansionista do governo encerrou-se e a economia do país entrou em crise. O segundo período, de 1949 a 1955, caracterizou-se pela crise econômica e pela mudança das políticas do governo.

Para o autor, os investimentos realizados pelo governo peronista só foram possíveis devido ao grande volume de reservas internacionais (cerca de 1,6 bilhão de dólares) herdados no início do mandato, em 1946. O governo praticou uma política expansionista nos anos de 1946 a 1948 e finalizou a fase clássica do processo de substituição de importações nesse período. De acordo com o autor, como parte dessa política expansionista, o gasto público passou de 16% a 29% do produto interno bruto e os salários foram elevados em grandes proporções. Como efeito dessas políticas expansionistas, a participação dos assalariados na renda nacional elevou-se de 39% a 46%, e houve uma significativa melhora na qualidade de vida dos setores mais populares do país. Os reflexos foram verificados através dos resultados econômicos. O produto interno bruto do país cresceu em 16% entre 1946 e 1948, e os bens e serviços em 29%. As importações também se intensificaram durante o período, recuperando o tempo que ficaram estagnadas na década de 30 e também na Segunda Guerra. Porém, como resultado dessa forte política expansionista, houve um intenso declínio das reservas internacionais do país. De acordo com o autor,

As modificações da estrutura produtiva, o aumento do emprego na indústria e nos serviços, as migrações internas, e a urbanização e, sobretudo, as políticas sociais do peronismo contribuíram para a integração do tecido social e para estabelecer maior equidade da distribuição de renda. (FERRER, 2006, p. 178)

Mas, foi 1951 o ano do agravamento das condições econômicas, de acordo com Saretta (2002). Os déficits na balança comercial acumulavam US\$ 300 milhões e a taxa de inflação havia dobrado em comparação ao ano anterior, além da queda no produto industrial nacional. Dessa maneira, a partir de 1952 houve uma alteração na condução das políticas do país, onde a priorização do governo se tornou a estabilização ao invés do crescimento. O setor agroexportador voltou a ser o foco através de políticas creditícias, frente ao setor industrial. Houve uma contenção e restrição das políticas monetárias e fiscais e uma discreta elevação da taxa de juros. Dessa maneira, observou-se em 1954 a estabilização da inflação em 4% para os preços ao consumidor.

Já para Ferrer (2006), a segunda fase do governo peronista teve início quando o ciclo expansionista do governo - o qual estava atrelado ao crescimento da demanda mundial – teve fim em 1949. Nesse ano, a economia argentina entrou em crise principalmente porque os preços de intercâmbio argentino diminuíram, além do déficit na balança comercial. Essa crise enfraqueceu os mecanismos de estímulo à indústria que estavam sendo praticados até então. Em 1949, as exportações e importações do país reduziram em um terço, as reservas internacionais estavam se esgotando e as dívidas chegavam a um total de 1,5 bilhão de dólares. Essa situação caótica aliou-se a um período de seca na safra de 1951-1952, o qual resultou em um forte declínio da produção agroexportadora e um estancamento de longo prazo da produção rural. Apesar de todos os resultados que foram observados, o governo manteve a tentativa de política expansionista até 1950, resultando em pressões inflacionárias e aumento dos preços sem precedentes em 1951. O índice de preços no atacado registrou aumento de 48% enquanto o custo de vida aumentou em 37%. Em 1952, já ciente do cenário inflacionário, a queda da produção interna e o estrangulamento da balança de pagamentos, o governo peronista apresentou um novo programa econômico com objetivo de corrigir a situação econômica que o país se encontrava.

Para este autor, a estratégia para combater o estrangulamento externo era baseada em duas ações: a primeira era estimular a produção agropecuária através da melhoria dos preços relativos, e a segunda era promover a entrada de investimentos do exterior. Referente à primeira ação, observou-se um aumento de 22,3% no volume da produção agropecuária durante o período entre 1950-1960. As exportações mantiveram-se em torno de 1 bilhão de dólares durante o período. Já a respeito da atração de capital estrangeiro, verificou-se nesse período o estabelecimento de fábricas de tratores e de indústrias automotoras, como a Mercedes Benz.

A tabela 13 apresenta o volume da produção industrial e o PIB industrial nos anos compreendidos entre 1945 a 1955.

**Tabela 13 – Producción Industrial.**

<b>Año</b>	<b>Producción</b>	<b>PBI industrial (em porcentaje del PBI)</b>
1945	76,5	22,8
1946	86,3	23,6
1947	99,5	24,5
1948	100,7	23,5
1949	97,1	23
1950	100	23,4
1951	102,2	23,2
1952	95	23,1
1953	93	21,4
1954	101	22,3
1955	110,6	23,4

Fuente: CEPAL (1958, *apud* RAPOPORT, 2000, p. 433)

Para Rapoport (2000), as políticas econômicas utilizadas no peronismo tiveram um grande impacto no setor industrial. A indústria teria sido o grande foco deste governo, e a conjuntura favorável dos primeiros anos do governo produziu um crescimento vertiginoso, observado na tabela acima.

O governo peronista teve fim em 1955 quando foi deposto através de um golpe militar, onde o presidente foi exilado na Espanha. O golpe foi intitulado “A Revolução Libertadora” e manteve-se no poder até o acesso de Frondizi a presidência, em 1958. De acordo com Ferrer (2006), nesse período evitou-se criar novos problemas no balanço de pagamentos, e por esse motivo a política utilizada foi manter a substituição de importações com objetivo de economizar o máximo de divisas. A taxa de câmbio foi desvalorizada, causando impacto nos preços internos. Além disso, foram aplicadas políticas com objetivo de enfraquecer o poder sindical e dismantelar o aparelho intervencionista construído pelo governo peronista. O realinhamento do país com os círculos financeiros internacionais também era prioridade.

Segundo Rapoport (2000), os motivos da queda de Perón foram dos mais diversos. Ele cita como exemplo o conflito do governo peronista com a Igreja, as negociações com as companhias de petróleo e a deterioração da política interna do país, onde foi sendo observado um acúmulo de inimigos do governo em todos os setores, desde os nacionalistas católicos aos esquerdistas e os radicais. Rapoport (2000) resume os objetivos do golpe:

Desde una perspectiva histórico-estructural, el golpe reflejaba la necesidad de los círculos económicos dominantes de acentuar la reorientación del rumbo económico adoptada por el gobierno a partir de 1952. Debía favorecerse la entrada irrestricta de las inversiones extranjeras, realizarse una apertura del comercio exterior, incorporar el país a los organismos económicos multilaterales e intensificar el acercamiento hacia los EE.UU., iniciado, no sin reticencias, por el mismo gobierno peronista. (RAPOPORT, 2000, p. 487)

Para Ferrer (2006), as novas políticas do governo provisório foram articuladas através de um conjunto de medidas, onde destacava-se o desmantelamento do IAPI, a privatização dos depósitos bancários e a incorporação do FMI e do Banco Mundial. A expansão dos produtos agroexportadores e a atração de capitais estrangeiros mantiveram-se durante todo o tempo como os elementos principais para combater o estrangulamento externo.

Segundo Mattei e Santos Júnior (2009), em meados da década de 1950, a etapa simples do processo de substituição de importações havia chegado ao fim na Argentina. O país ainda dependia da importação de máquinas e insumos do exterior, o que forçava o setor agroexportador a se manter, pois gerava as divisas necessárias para a importação das necessidades da indústria. A partir de 1954, houve uma nova redução das importações, o que criou a necessidade de um governo desenvolvimentista visando à industrialização no país de forma integrada. Esse governo desenvolvimentista - que no mesmo período teve a figura de JK no Brasil - foi representado por Frondizi na Argentina, e permaneceu de 1958 a 1962.

Em maio de 1958, assume Arturo Frondizi, pertencente ao grupo radical e opositor de Perón. De acordo com Ferrer (2006), o governo apresentava mudanças radicais na política econômica do país e oferecia uma nova estratégia para combater o estrangulamento do balanço de pagamentos. A idéia dessa nova estratégia embasava-se na teoria de que o estrangulamento ocorria devido ao subdesenvolvimento das indústrias básicas do país e da sua conseqüente dependência das importações de produtos industriais e insumos básicos para a produção com o petróleo, aço e alguns produtos químicos. Dessa maneira, o objetivo do governo era o desenvolvimento das indústrias básicas e de petróleo. As exportações não figuravam como parte dos elementos principais do novo governo.

Para Fonseca e Lenz (2012), a ideia central da campanha eleitoral de Frondizi era um projeto desenvolvimentista que faria a Argentina se tornar autossuficiente em produção industrial. Seria através do crescimento da indústria local, baseada em investimentos externos, que o país conseguiria sair da estagnação econômica que se encontrava no final da década de 1950. Porém, após iniciar seu governo, Frondizi encontrou a economia argentina com diversos problemas estruturais, com reservas internacionais do Banco Central Argentino extremamente baixas, exportações em baixa e uma inflação em ascensão. Como medidas, o

presidente tentou melhorar o equilíbrio da relação entre Argentina e Estados Unidos e também melhorar a imagem da América Latina perante os investidores internacionais para recuperar a credibilidade dos países.

Segundo Mattei e Santos Júnior (2009), a proposta desenvolvimentista do governo de Frondizi partia da ideia que o desenvolvimento econômico do país estava ligado ao desenvolvimento industrial. A Argentina já havia realizado uma parte desse processo, porém a concentração da substituição de importações nas indústrias leves gerou uma diferença na estrutura industrial, onde uma parte estava desenvolvida e a outra não. Essa divergência de estruturas estava comprometendo o desenvolvimento do país. Sendo assim, como primeiro objetivo do plano, o projeto priorizou a produção de petróleo e de gás natural com o objetivo de economizar divisas estrangeiras. Como segundo objetivo do plano estava a siderurgia, cujo desenvolvimento dependia das explorações das reservas de carvão e ferro. Como terceiro objetivo estava o desenvolvimento de outras indústrias, como cimento e equipamentos industriais. Além disso, havia preocupação e planos para a energia elétrica, construção de uma rede de estradas no país e estímulo a produção nacional de automóveis e caminhões como parte do plano do governo.

O objetivo do governo não era somente executar todas essas propostas, mas também executá-las em um rápido período de tempo. Para obter o capital necessário para essas medidas, foi utilizado o recurso aos investimentos estrangeiros. A política em relação ao capital estrangeiro, segundo Ferrer (2006), estava baseada em uma nova lei de investimentos estrangeiros, onde os mesmos possuíam o mesmo tratamento dado aos capitais locais e liberava a transferência de lucro para o exterior.

Ainda segundo o autor, a entrada de capital estrangeiro de curto e longo prazo entre 1959 e 1961 chegou à média de 300 milhões de dólares. As importações também expandiram-se rapidamente, e em 1960 a 1962 chegaram a 30% mais do que em 1959. Esse aumento das importações foi justificado pela intensificação dos investimentos e máquinas para a indústria – os bens de capital passaram de 23% do total para 32% na composição das importações do país. As exportações, no entanto, mantiveram-se baixas durante todo o governo de Frondizi, o que registrou déficit na balança comercial. O aumento da dívida externa foi intensificado devido à entrada de capitais estrangeiros que vinham para o país para cobrir esse déficit da balança comercial.

O desenvolvimento industrial do país assumiu os rumos esperados pelo governo de Frondizi em um curto período de tempo. Observou-se no ramo do petróleo um aumento de 5,6 milhões de metros cúbicos para 16 milhões em um período de 30 meses. A economia das

divisas estrangeiras referente a essa produção representou cerca de 300 milhões de dólares. Além disso, segundo Ferrer (2006), o produto interno bruto cresceu 8,3% entre 1958 e 1961. Apesar de um crescimento discreto, houve um crescimento de bens e serviços devido ao excesso de importações sobre as exportações. Houve também crescimento expressivo na siderurgia, com a produção de aço sendo triplicada devido à SOMISA. A indústria petroquímica foi responsável pelo recebimento de diversos investimentos estrangeiros, aumentando sua produção. Registrou-se também um aumento de 32% na produção de cimento e nas construções. Porém, o grande trunfo do desenvolvimento industrial concentrou-se na indústria automobilística: a produção de automóveis aumentou em três vezes em um período de três anos. O ramo industrial pode explicar cerca de 80% da expansão industrial do período e ilustrou como nenhum outro setor o progresso da industrialização desenvolvimentista e a intenção do governo de Frondizi.

Para Fonseca e Lenz (2012), o desenvolvimento da indústria argentina tomou rumos diversos no governo de Frondizi. A partir de 1958, os setores industriais que até então eram líderes no país, como os setores de bens não-duráveis, encontraram-se em uma estagnação relativa enquanto os setores de bens intermediários e duráveis se desenvolveram e tornaram-se mais dinâmicos. Destacaram-se os setores do petróleo e o de metais-mecânicos que tiveram um desempenho excelente. Porém, esse desenvolvimento veio com altos custos públicos. Segundo os autores, essa política expansionista provocou um aumento expressivo nos gastos públicos. Os governos anteriores já haviam deixado déficits fiscais que se perpetuaram. Apesar do crescimento gerado pela expansão do governo ser inegável, o custo dessa política intensificou o fenômeno inflacionário já existente. A inflação chegou ao seu teto em 1959, quando alcançou taxas de 129,5% nesse ano. Porém, para Ferrer (2006), a substituição das importações não atingiu o que o governo esperava:

A política econômica do governo Frondizi revelou a possibilidade de rápido lançamento de uma política agressiva de investimentos orientada para a expansão da capacidade produtiva em setores estratégicos, como combustíveis e indústrias dinâmicas. Ao mesmo tempo, as bases em que se assentava essa política eram frágeis. A suposição implícita era de que se podia comprimir indefinidamente o coeficiente de importações e permitir o crescimento com uma redução permanente da abertura externa da economia. O limite desse processo, naturalmente, é a autarquia. Porém, nem mesmo com resultados notáveis, com a rápida expansão petrolífera e a substituição de importações de combustíveis, foi possível a redução do coeficiente de importações além dos limites alcançados no final da década de 1950, isto é, em torno dos 10%. A estratégia levava, inevitavelmente, a um estrangulamento do balanço de pagamentos, agravado pelo peso crescente do serviço da dívida externa. (FERRER, 2006, p. 186)

Foi nessa situação econômica de endividamento externo, somado a outras situações políticas, que em 1962 as forças militares depuseram Frondizi do poder. Os militares aproveitaram a oportunidade devido a uma suposta aproximação de Frondizi com os peronistas e também tendências esquerdistas.

### **3.4 Expansão econômica, regime militar e abertura comercial**

Após a queda de Frondizi, segundo Ferrer (2006), a política liberal foi novamente instalada na Argentina. O golpe militar de março de 1962 nomeou o primeiro-ministro doutor Franco Pinedo, o qual havia sido o principal condutor da política econômica na década de 1930. Entre as medidas implementadas em 1962, estava uma desvalorização do peso argentino, restrição da oferta monetária e redução do gasto público. A arrecadação tributária caiu devido à recessão e o déficit fiscal aumentou, gerando também um enorme déficit público e fazendo o governo parar de pagar contas e salários dos funcionários públicos.

Em 1962, assume o governo o militar José Maria Guido, porém seu mandato permanece somente até 1963, quando é eleito sob o comando dos militares um novo representante do partido Radical, Arturo Illia. Illia permaneceu no poder de 1963 a 1966, e o início de seu mandato já apresentava condições mais favoráveis do que o cenário econômico de recessão dos primeiros anos da década de 1960. As políticas adotadas foram mais expansivas, e isso só pôde ser executado devido à existência de recursos ociosos remanescentes do projeto desenvolvimentista do governo de Frondizi.

Segundo Ferrer (2006), nesse período as exportações chegaram a níveis superiores do que os dos governos anteriores, chegando, em 1966, a uma produção em torno 60% maior do que a do nível de 1961. Já as importações mantiveram-se em baixa durante todo o período do governo de Illia. Esse aumento da exportação perante a importação resultou em um superávit da balança comercial nos anos compreendidos entre 1963 a 1966, resultando em um acumulado de 500 milhões de dólares. Deveu-se o aumento das exportações ao estímulo do governo nos produtos agropecuários e também às boas condições climáticas do período, que resultaram em boas safras. Entre 1963 a 1965, a produção de cereais cresceu cerca de 60% e a produção pecuária atingiu uma marca de 51,4 milhões de cabeças de gado. Esse saldo positivo referente ao setor internacional foi de grande auxílio para pagamento da dívida externa que havia sido acumulada até então. O autor analisa a política econômica do governo em questão,

Nesse contexto, a política econômica procurou evitar desvalorizações maciças, com seus efeitos sobre a distribuição de renda, e, adotou, em vez disso, um prudente ajuste periódico e em pequenas magnitudes da taxa de câmbio. Ao mesmo tempo, foram reimplantados controles cambiais sobre as transferências de capital e as rubricas invisíveis do balanço de pagamentos. Dessa forma, sem recorrer a grandes financiamentos da dívida externa, o governo conseguiu reduzir uma parte desta e manter o nível de reservas internacionais. (FERRER, 2006, p. 190)

Ainda segundo o autor houve, também, um aumento da oferta monetária (29% em 1963 e 40% em 1964), aumento dos gastos públicos e dos salários, permitindo um aumento de 8% no salário real entre 1963 e 1965. Durante o período, porém, também foi registrado um debilitamento da formação de capital, onde o investimento em máquinas e equipamentos nacionais e importados caiu mais de 20% entre 1961 e 1964. Outro fator negativo foi o aumento do custo de vida, que, em 1964, subiu cerca de 40%. Porém, destacaram-se diversos pontos positivos para o governo. Houve redução da taxa de desemprego de 8,8% (em 1963) para 4,6% (em 1965). Além de o setor exportador ter acumulado saldos positivos, o PIB argentino cresceu a uma média de 5,4% entre 1964 a 1971. Essa melhoria do PIB foi causada devido à intensificação das exportações dos produtos agropecuários do país e da melhoria do cenário externo. O resultado das políticas desse governo, para o autor, foram de certa maneira favoráveis devido a uma situação externa também extremamente favorável, porém não apresentavam soluções significativas para os problemas da economia do país.

Segundo Gerchunoff e Llach (2003), o objetivo do governo Illia era de marcar um crescimento de 33,6% em cinco anos. Os resultados do PND (Plano Nacional de Desarrollo) argentino foram atingidos, pois durante o período de 1964 a 1969 observou-se um crescimento de 34%, sendo que em dois anos do governo registrou-se um crescimento médio anual do produto de cerca de 10%. Em 1965, o governo Illia entrou em conflito com os militares quando permitiu que partidos identificados com o peronismo pudessem participar das eleições. Os militares tomaram o poder mais uma vez em 1966, derrubando o governo de Illia e instaurando a Revolução Argentina, comandada por Juan Carlos Onganía.

De acordo com Rapoport (2000), o golpe de Estado de 1966, a “Revolução Argentina”, teve elementos que os diferenciaram de revoltas anteriores, pois era a primeira vez que o governo de fato anunciava sua intenção de permanecer no poder sem prazos pré-estabelecidos. Esse fator era importante para cumprir com a série de objetivos que a ditadura militar propunha. Sendo assim, os primeiros meses da Revolução Argentina serviram para atuar intensamente no campo político, para, após estabilizado, seguir em busca dos objetivos que o novo plano econômico apresentava. Para o governo de Onganía, a ordem que conduziria ao progresso econômico e social deveria ser aplicada de maneira gradual, pois os

objetivos do plano eram de longo prazo. Esse plano, o qual era muito mais ambicioso do que os outros planos dos governos militares, possuía sucessivas fases: um tempo econômico (faria da Argentina mais rica), um tempo social (repartiria a riqueza produzida e o bem-estar), e um tempo político (sistema político permanente e estável).

Em março de 1967, segundo Ferrer (2006), uma nova política foi lançada, apoiada pelos setores tradicionais. Porém, havia particularidades, conforme o autor destaca:

Em primeiro lugar, o setor de pecuária e de grandes proprietários da região dos pampas ficou à margem dos benefícios diretos da nova política econômica. Os principais destinatários desta eram os grupos que se haviam consolidado em anos anteriores. Em tais grupos figuravam as empresas estrangeiras que operavam predominantemente nas indústrias dinâmicas, o setor financeiro e as empresas do Estado. Nessa etapa, foi-se consolidando a influência desses setores, que chegaram a formar, de fato, um sistema no qual a principal concentração de poder econômico se verificou nas empresas estrangeiras e nas públicas. (FERRER, 2006, p. 192)

Ainda segundo o autor, essa política econômica utilizada pelo regime militar foi diferenciada das outras até então, utilizando mecanismos como uma forte desvalorização cambial e grandes transferências de rendas ao setor agropecuário. As altas taxas de juros, a estabilidade do câmbio e a estabilidade política do governo militar atraíram a entrada de grandes volumes de investimento estrangeiro. De 1967 a 1968 esse volume foi de cerca de 400 milhões de dólares. As reservas internacionais foram reforçadas com essa entrada de capital a oferta monetária foi expandida. A balança comercial apresentou saldos positivos novamente. A situação favorável da economia permitiu que o governo expandisse o crédito interno para empresas privadas.

Segundo Gerchunoff e Llach (2003), de 1964 a 1970 foi registrado um crescimento industrial de cerca de 50%, sem nenhum ano de recessão. Houve destaque para as indústrias ligadas aos setores dinâmicos, onde houve crescimento de taxa média anual de 9,4% entre 1964 e 1971. Os setores destacados foram os seguintes: indústria química, metalúrgica, maquinaria não elétrica, maquinaria elétrica e material de transporte. O crescimento industrial dos setores básicos foi duas vezes maior do que sua média histórica, o que acarretou em uma recuperação da produção de bens de consumos não-duráveis. Ainda segundo o autor, o crescimento industrial do período de 1964 a 1971 foi de 7% ao ano em média. Os investimentos realizados no governo de Frondizi foram fundamentais para essa expansão industrial no regime militar, ampliando a capacidade instalada da indústria. A indústria gerou um alto volume de empregos no período do regime militar.

Para Ferrer (2006), o intenso desenvolvimento nacional dos anos de 1967 e 1968 encerrou a semi-recessão que estava se desenvolvendo em 1966. O produto nacional cresceu 43% em 1968 e 7,9% em 1969. Porém, em 1969, alguns acontecimentos políticos abalaram a estabilidade do regime militar. A partir de 1969, a política econômica do governo do regime militar começou a entrar em declínio. Já em maio de 1971, foi dissolvido o Ministério da Economia e Trabalho e a política vigente foi abandonada. O surto inflacionário que estava se armando foi contido, porém as reservas internacionais caíram moderadamente. O sistema do regime militar estava enfraquecido. Para Rapoport (2000), os resultados da política aplicada ao setor externo foram o incremento para o endividamento externo. A dívida externa em 1969 era 21% maior do que em 1966, chegando em 1970 a ser 45% maior do que no início da Revolução Argentina. A balança comercial também foi atingida, possuindo um saldo positivo inicial em 1966, que foi diminuindo ano a ano até, em 1969, apresentar resultados negativos.

A tabela 14 apresenta a participação dos setores no PIB argentino nos anos de 1966, 1969 e 1972 (em percentagem do PIB).

**Tabela 14 – Evolución del PBI (en millones de pesos de 1960).**

Sectores	1966	1969	1972
Agricultura, caza, silvicultura y pesca	16	13,7	11,1
Explotación de minas y canteras	1,4	1,7	1,7
Industrias manufactureras	33,9	35	37,9
Electricidad, gas y agua	1,8	2,1	2,5
Construcción	3,2	4,6	4,5
Comercio, hoteles y restaurantes	18,1	18,1	18,2
Transp. Almac. Y comunicaciones	7,7	7,5	7,3
Finanzas, seguros y bienes inmuebles	3,6	3,6	3,5
Serv. Comunales, sociales y personales	14,3	13,7	13,1

Fuente: BCRA (1971, *apud* RAPOPORT, 2000, p. 648)

Segundo Rapoport (2000), o setor que apresentou maior crescimento foi o da construção, o qual apresentou um crescimento de 12,2% em 1967 devido ao plano de obras públicas, plano esse que tinha como objetivo melhorar a infra-estrutura para intensificar a produtividade geral da economia.

Nas eleições de 1973, foi eleito o presidente Héctor Campora, representante do partido peronista. Hector assumiu e se manteve no poder durante 50 dias, quando Perón retornou ao poder, com sua mulher como vice-presidente.

Perón assumiu novamente o governo em 12 de outubro de 1973 e se propôs a reorganizar o poder estatal. Seu governo deu enfoque nas exportações industriais e incentivou

a expansão do crédito a pequenas e médias empresas, com objetivo de criar um potencial setor exportador. A idéia do governo de Perón era criar um ambiente mutuamente amigável tanto para os trabalhadores quanto para os capitalistas. Porém, sua morte em 1º de julho de 1974 se revelou em um momento crítico para o projeto político. No seu lugar, segundo Mattei e Santos Júnior (2009), assumiu sua vice Isabela Perón, a qual governou durante 20 meses. Esse período revelou-se por apresentar uma política extremamente instável. Em 1975, em uma situação econômica hiperinflacionária, com taxas chegando a 50% ao mês, e com o balanço de pagamentos em situação crítica, o país recorreu ao FMI. Com o estado crítico da política, o país sofreu um novo golpe militar em 1976, onde o General Jorge Rafael Videla assumiu a governança. Foi nesse período econômico que ocorreu a abertura comercial no país, com o objetivo de intensificar o nível das exportações e também abrir o mercado argentino para as importações. O setor industrial sofreu um grande impacto com a abertura devido o aumento da concorrência internacional.

## **4 COMPARAÇÃO DOS PROCESOS INDUSTRIAIS DO BRASIL E DA ARGENTINA**

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise comparada entre a formação e o desenvolvimento da indústria do Brasil e da Argentina, e para isso será dividido em três períodos: primeiramente será analisando o período compreendido entre o final do século XIX até a crise de 1929, período com características agroexportadoras e com industrialização ascendente em ambos os países. O segundo período compreende desde a década de 1930, o início do processo de substituição de importações, a substituição de importações não-induzidas e a industrialização orientada pelo Estado. O terceiro período aborda o período pós 73, dos choques do petróleo às políticas orientadas para combater crises e o endividamento externo.

### **4.1 Do período agroexportador até a crise de 1929**

No século XIX, tanto o Brasil como a Argentina eram países com enfoque agroexportador. A divisão internacional do trabalho orientada pela Grã-Bretanha reservava para a América Latina o papel de exportador de produtos primários aos países desenvolvidos. De acordo com Thorp (2000), a primeira expansão dos países da América Latina foi caracterizada por um período de crescimento gerado pelas exportações de produtos primários. A expansão do comércio internacional nesse período facilitou o aumento da demanda por produtos primários, gerando capital e investimentos nos países da América Latina. Para a autora, a Segunda Revolução Industrial, que ocorreu no final do século XIX e início do século XX, trouxe grandes avanços para a América Latina, com o barateamento da produção de aço, a importação de máquinas e ferramentas e outros mecanismos que auxiliaram o desenvolvimento da industrialização. As estradas de ferro e os navios facilitaram o deslocamento. Além disso, a Grã-Bretanha teve papel fundamental nesse período, liderando o desenvolvimento tecnológico e investindo nos países latinos. Em 1913, 20% do capital do Reino Unido no exterior estava aplicado na América Latina. Para a autora, esse período agroexportador teve características positivas e negativas. Como exemplo de características positivas pode-se citar o estímulo a formação e desenvolvimento da infra-estrutura urbana e também a formação de diversas instituições. Como exemplos negativos, os países agroexportadores ficaram altamente vulneráveis aos choques externos e possuíam certa dependência dos países industrializados.

Tavares (1977) apresentou as características do modelo primário exportador da época, o qual seria o modelo tradicional de desenvolvimento “para fora” das economias latinas. A exportação desses produtos primários era, segundo a autora, o centro dinâmico de toda a economia dos países periféricos. Ela ressaltou o forte papel do setor externo nas economias primário-exportadoras, sendo responsável pela geração de grande parte da Renda Nacional, e as importações como fonte de suprimentos de vários tipos de bens e serviços necessários ao atendimento da demanda interna do país. O desenvolvimento do setor agroexportador favoreceu a acumulação de capitais e seu investimento em atividades industriais, porém atividades com baixo nível de produtividade. A autora apresenta essa situação precária industrial dos países agroexportadores:

De modo geral, o desenvolvimento do setor exportador deu lugar a um processo de urbanização mais ou menos intenso ao longo do qual se iam estabelecendo as chamadas indústrias de bens de consumo interno tais como as de tecido, calçado, vestuário, móveis, etc. Estas, como se sabe, são indústrias tradicionais, de baixo nível de produtividade, presentes em quase toda a América Latina, que surgiram no bojo do próprio modelo exportador. O que nos interessa assinalar, porém, é o fato de que essa reduzida atividade industrial, juntamente com o setor agrícola de subsistência, eram insuficientes para dar à atividade interna um dinamismo próprio. Assim, o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, dando o caráter eminentemente dependente e reflexo de nossas economias. (TAVARES, 1977, p. 30)

O Brasil, segundo Furtado (2007), que até então era dependente da atividade mineira, começou a especializar-se em produtos como o açúcar e o algodão no século XIX. Porém esses produtos não eram fortes o suficiente para manter a economia do país, que também contava com a exportação de borracha, cacau, fumo e outros produtos agrários. O café foi o grande diferencial do país, surgindo como principal produto exportado desde meados do século XIX e representando grande parte da produção exportada do país durante o século XX. Sergio Silva (1976) apresenta as razões do café ter sido o centro motor da economia brasileira: a vinda dos imigrantes ao país (que substituiu o trabalho escravo), a mecanização de parte das operações da produção e a construção das estradas de ferro - pois assim as distâncias deixavam de ser obstáculos.

No caso da Argentina, de acordo com Ferrer (2006), a atividade agroexportadora foi responsável pelo grande crescimento econômico do final do século XIX e início do século XX. A situação exportadora na Argentina era mais favorável ainda, pois contava com o envio de cereais (os quais destacaram-se o trigo e o milho) e também de produtos pecuários para países estrangeiros. De acordo com Bulmer-Tomas (1998), o pioneirismo argentino era tão significativo que representou, em 1913, em torno de 30% de toda a renda obtida pelas

exportações na América Latina. Segundo Mattei e Santos Júnior (2009), no caso brasileiro, o café representava 63,2% das exportações do país em 1913. Se a análise fosse aplicada igualmente à Argentina, o principal produto seria o milho, o qual representava, na mesma época, 22,5% do volume total exportado.

Ainda segundo os autores, as taxas de crescimento das exportações no período compreendido entre 1850 e 1912 foram de 6,1% na Argentina contra 3,7% no Brasil. Uma diferença entre as exportações argentinas e brasileiras do período era o destino dos produtos: enquanto o Brasil destinava a maioria dos seus produtos ao mercado norte-americano (cerca de 30% do volume total das exportações), a Argentina tinha como parceiro a Grã-Bretanha, ao qual enviava 24,9% do total do seu volume de produtos exportados. Independente de onde seriam destinadas as exportações de Brasil e Argentina, o fator comum em respeito à industrialização dos dois países era de que o mercado agroexportador era o grande gerador de renda, fazendo que o setor industrial dependesse desse mercado para investimentos.

A tabela 15 apresenta os níveis de PIB entre Brasil e Argentina no período compreendido entre 1900 a 1935.

**Tabela 15 – Níveis de PIB, 1900 – 1935.**

	<b>Argentina</b>	<b>Brasil</b>
1900	12.932	12.668
1910	26.125	17.672
1925	40.597	29.724
1935	51.524	43.226

Fonte: Maddison (1997, *apud* FAUSTO E DEVOTTO, 2004, p.151)

Para Rapoport (2000), a indústria argentina era muito rudimentar até 1880. Após a crise mundial de 1873, foi colocado em debate a questão da fragilidade referente à dependência externa que o país possuía. De 1880 a 1914 a indústria manufatureira evoluiu consideravelmente no país.

Segundo Fausto e Devotto (2004), a expansão do comércio exterior da Argentina foi notável, principalmente nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. Até o ano de 1903, o valor das exportações argentinas poderia ser comparado ao valor do Brasil, porém após esse período, a Argentina superou não somente o Brasil, como toda a América Latina. O comércio exterior per capita do país foi em torno de seis vezes maior do que o resto da América Latina às vésperas da Primeira Guerra. Durante esses anos, o PIB per capita da Argentina poderia ser

comparado ao PIB de países como Alemanha e Países Baixos, e superava países como Espanha, Itália e Suíça.

Ainda segundo os autores, os núcleos dinâmicos dessa economia aquecida argentina concentravam-se em duas regiões: uma área extensa dedicada à criação de gado e produção de cereais nas regiões de Santa Fé, centro e sudoeste de Córdoba, La Pampa e Buenos Aires; e uma segunda região, formada pelas províncias de Mendoza, San Juan e San Luis, que eram voltadas para o comércio com o Chile. Já no Brasil, as regiões que mais se destacavam e se desenvolviam eram as regiões produtoras de café, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo as análises de PIB per capita, a Argentina teve um crescimento de 47% no período de 1901 a 1930 (US\$2.756 em 1900 e US\$4.080 em 1930). Nesse mesmo período a análise do PIB per capita brasileiro apresentou um crescimento de 51%. Os autores realizam uma análise sobre o período pós-guerra no trecho abaixo:

Os “anos dourados” da Argentina, como já se salientou, situaram-se entre princípios do século até 1913<sup>3</sup>, a tal ponto que, considerando-se o período 1913-1930, o crescimento total do PIB per capita argentino correspondeu a apenas 8%. O impacto da Primeira Guerra foi sensível, e só em 1923 o país superou, mesmo assim ligeiramente, o PIB de 1913. Mas, a partir dessa data, o crescimento foi muito positivo. No caso brasileiro, considerando o mesmo período, constatamos que o crescimento total foi de cerca de 27%, tendo o país atravessado os anos de conflito mundial de forma menos negativa do que a Argentina. (FAUSTO e DEVOTTO, 2004, p. 159)

Países como Inglaterra e Estados Unidos produziam um excedente de bens intermediários para o qual havia necessidade de encontrar novos mercados para exportar. Já países como Brasil e Argentina apareciam como possíveis mercados promissores, pois possuíam mercado interno considerável além de estarem com indústrias atrasadas e pouco expressivas. No ano de 1913, as importações brasileiras foram basicamente originadas da Inglaterra e dos Estados Unidos (24,5 e 15,7%, respectivamente). Já na Argentina, os fornecedores de grandes volumes também foram os mesmos: Inglaterra e Estados Unidos, porém com distribuições diferentes dos volumes do Brasil (31 e 14,7%, respectivamente).

Na Argentina, conforme já havia sido indicado nesse capítulo por Fausto e Devotto, o período de crescimento econômico baseado nas exportações rendeu melhores frutos do que o

---

<sup>3</sup> De acordo com Lenz (2004), existe uma discussão sobre o início do declínio do período de intenso crescimento da economia argentina. Uma posição defende que o declínio começou já na I Guerra Mundial (retardação precoce). A outra posição defende que o declínio iniciou junto com a Grande Depressão de 1929 (retardação tardia).

mesmo período no Brasil. Em 1913, o PIB per capita da Argentina era de 537 dólares enquanto o do Brasil era de 125 dólares. Isso explica por que motivo o setor industrial argentino teve um melhor desempenho e desenvolvimento durante o período agroexportador do que o setor industrial do Brasil.

Para Lewis (2002), os processos industriais dos dois países aqui estudados já estavam em funcionamento antes mesmo da Primeira Guerra Mundial. No final do século XIX, em 1880, o autor afirma que a Argentina já estava fabricando diversos produtos de metal para uso doméstico e industrial, utilizando ferro em barra importado. De acordo com o autor, entre 1895 a 1914 o número de trabalhadores das indústrias metalúrgicas passou de 6 para mais de 14 mil. Já no Brasil, em 1890 a indústria metalúrgica já estava bem instalada. Ele também afirma que no Brasil, na mesma época, já era possível identificar uma produção interna de produtos químicos, como artigos farmacêuticos e matéria-prima industrial. Após a Primeira Guerra, o autor afirma que foi um período desigual entre os países:

É possível que em alguns casos, a Primeira Guerra Mundial tenha ocasionado um deslocamento do crescimento industrial para a industrialização. [...] Afirma-se que, no Brasil, a guerra acelerou uma transformação para a industrialização, estimulou a alocação de recursos, a formulação de políticas e a consolidação institucional em favor da indústria. (LEWIS, 2002, p. 125)

Já para o caso argentino, o autor destaca períodos divergentes, conforme o trecho abaixo:

Costuma-se dizer que a experiência argentina, entre a década de 1890 e a de 1920, é um exemplo de expansão industrial sustentada, embora cíclica e específica de alguns subsetores. No entanto, essa cronologia tem sido contestada, particularmente com relação ao período de 1914-1933, que tem sido apresentado como uma época de oportunidades perdidas, uma época que o potencial de industrialização não foi concretizado. (LEWIS, 2002, p. 125)

Para Mattei e Santos Júnior (2009), a chegada da Primeira Guerra Mundial resultou em conseqüências para a exportação dos dois países estudados. O Brasil, que dependia basicamente da exportação do café, teve uma redução em torno de 50% nos termos de troca durante a guerra. Já a Argentina, que também sofreu com a queda das exportações dos seus insumos, foi amparada pelo Reino Unido, o qual ainda dependia das importações de carne argentinas. A Argentina manteve o seu forte laço com o Reino Unido durante todo o período, e continuou sendo o maior exportador e também maior mercado consumidor da América Latina. Já o Brasil manteve-se melhor alinhado com os Estados Unidos. Na indústria, foi visível a queda da produção argentina no período da guerra, causado pela dificuldade de

importar nesse período, fazendo com que a produção no setor da indústria em 1913 não fosse superada até 1920. O caso brasileiro teve um cenário mais favorável: a demanda interna não caiu tão drasticamente como a argentina devido às políticas expansivas praticadas pelo governo, as quais estimularam a produção industrial.

A questão da imigração deve ser analisada separadamente para os países. Segundo Lenz (2004), na Argentina, os britânicos pouco se interessam pela atividade agrícola, fazendo que com o número de imigrantes ingleses fosse baixo. Além disso, a competição não agradava os ingleses, pois, além da população local, eles teriam também que competir com imigrantes espanhóis e italianos. A maior parcela dos imigrantes vindos para o país entre 1857 a 1910 eram italianos, seguidos pelos espanhóis. Os alemães, franceses e suíços também representaram parcelas da imigração na época. A imigração italiana pode ser explicada devido à facilidade de adaptação às novas terras: o clima e o idioma eram facilmente adaptáveis. De acordo com a autora, o maior surto de imigrantes ocorreu no último quartel do século XIX, juntamente com o auge do cultivo do trigo. Entre 1880 a 1889 o número de imigrantes chegou a 1.020.907. Esses imigrantes eram atraídos por dois fatores principais: a terra, que era abundante e barata, e os salários pagos no país para trabalhadores temporários. Grande parte dos imigrantes que entravam no país e dirigiam-se ao setor agrícola.

Na década de 20, os principais produtos industrializados no Brasil tratavam-se de alimentos e bebidas (40% do total da produção industrial). A valorização do café na década teve um efeito estabilizador nas exportações, fazendo com que muitos recursos que originalmente seriam destinados ao setor cafeeiro passassem ao setor industrial. A produção da indústria brasileira aumentou em grande parte dos anos da década de 1920, obtendo um saldo total de 55% da produção em toda a década. Houve também nessa década um alto volume de máquinas e equipamentos industriais importados, fator que foi de grande importância no período que se seguiu: a crise de 1929. Já na Argentina, os principais produtos industrializados também eram do segmento de alimentos e bebidas, e o mesmo representou 53% do total da produção industrial. O país recuperou sua produção industrial nessa década, onde, além dos bens de consumo não-duráveis, também destacou-se o desenvolvimento de algumas indústrias de bens intermediários, como produtos químicos e a metalurgia.

#### **4.2 Da década de 30 até a industrialização orientada pelo Estado**

A crise mundial de 1929 constituiu o começo de um período denominado de “a grande depressão” que durou, no mínimo, até a década de 1940. Segundo Rapoport (2000), esse

processo recessivo gerou restrições monetárias e financeiras, baixas de preços e salários e retrocesso da atividade econômica. Os fenômenos da crise se manifestaram através de uma reação em cadeia, pois a queda da produção industrial induziu a uma contração dos mercados internacionais e a uma diminuição da demanda por matérias primas.

De acordo com as idéias de Tavares (1977), o início do processo de industrialização por substituição de importações nos países da América Latina foi iniciado, também, pela crise internacional de 1929, que gerou uma profunda queda na capacidade de importação desses países. A autora explica a origem da quebra do modelo tradicional afirmando que de 1914 a 1945 as economias latino-americanas foram sendo abaladas por crises sucessivas no comércio exterior, decorrente de um total de 20 anos entre guerras ou depressões.

A crise da década de 30 foi encarada como ponto crítico da quebra do funcionamento do modelo primário exportador. A queda representou cerca de 50% da capacidade para importar dos países da América Latina. Ainda segundo a autora, a maioria dos governos latinos adotou medidas com objetivo de defender o mercado interno dos efeitos da crise, com restrições e controle das importações, elevação da taxa de câmbio, e compra de excedentes – como no caso do café brasileiro – visando defender-se contra o desequilíbrio externo. Junto com a redução da capacidade de importar, devido à crise, houve um aumento dos preços relativos das importações, o que resultou em um estímulo à produção interna. Utilizando a capacidade existente, foi possível substituir uma parte dos bens que anterior a esse período eram importados dos países industrializados. Nessa nova dinâmica, onde o investimento era chave para definir a taxa de crescimento da economia, foi o mercado interno que assumiu o papel de definir as variáveis de renda e emprego. A autora exemplifica um pedaço desse processo, onde o modelo de desenvolvimento passou a ser voltado “para dentro”, no parágrafo abaixo,

Tendo-se mantido em maior ou menor grau o nível de demanda preexistente e reduzido violentamente a capacidade de importar, estava desfeita a possibilidade de ajuste *ex ante* entre as estruturas de produção e de demanda interna, através do comércio exterior. O reajuste *ex post* se produziu mediante um acréscimo substancial dos preços relativos das importações, do que se resultou um estímulo considerável à produção interna substitutiva. Inicialmente utilizando e mesmo sobreutilizando a capacidade existente foi possível substituir uma parte dos bens que antes se importavam. Posteriormente, mediante uma redistribuição de fatores e, particularmente, do recurso escasso, as divisas, utilizou-se a capacidade para importar disponível com o fim de obter do exterior os bens de capital e as matérias-primas indispensáveis à instalação de novas unidades destinadas a continuar no processo de substituição. (TAVARES, 1977, p. 33)

Foi nesse contexto que os países Brasil e Argentina começaram sua década de 1930, porém com suas próprias particularidades. De acordo com Mattei e Santos Júnior (2009), corroborando a idéia de Tavares, o processo de industrialização por substituição de importações dos países Brasil e Argentina teve início devido à crise externa provocada pela queda na capacidade de importar e pela deteriorização dos termos de trocas. A maior dificuldade para o avanço nesse tipo de industrialização foi exatamente que, ao mesmo tempo em que as importações estavam sendo substituídas por produção nacional, existiam novas necessidades de importação de importações, obrigando a realização de novas rodadas de substituições.

Ainda segundo os autores, o preço das exportações dos dois países caiu drasticamente devido à crise internacional de 1929. Como uma maneira de adaptação e de proteção contra a crise, os governos tanto do Brasil como da Argentina, adotaram políticas de contenção às importações através de controle do câmbio e do aumento das tarifas alfandegárias. Dessa maneira, o preço dos produtos importados ficava mais caro, forçando a indústria interna a cobrir a produção desses produtos. Os dois países já possuíam um mercado interno e uma estrutura industrial considerável, o que serviu para beneficiar esse processo de industrialização por substituição de importações.

De acordo com Fausto e Devotto (2004, p.251), o Brasil tomou um maior impulso no seu crescimento na década de 1930 do que a Argentina. Esse impulso deveu-se em grande parte à manufatura, que teve seu ritmo de crescimento maior do que o da Argentina. Essa tendência, inclusive, manteve-se na década de 1940 também, onde o Brasil continuou crescendo mais rápido, apesar do crescimento dos primeiros anos do peronismo. Em uma comparação a outros países na mesma década, os dois países saíram com resultados razoáveis, superior inclusive ao da maioria dos países centrais, que foram fortemente abalados com a crise de 1929. Na década de 1930, o Brasil teve sua produção industrial passando de 12,5% para 14,5% do valor total do PIB, e na Argentina de 20% para 22,7%. Ainda segundo os autores:

A Argentina, cujo PIB, em 1913, era 50% maior que o do Brasil, cresceria dali em diante muito mais lentamente que seu vizinho. Assim, as diferenças iriam diminuindo ano a ano, e já em 1940 o PIB dos dois países seria quase o mesmo, US\$ 59 bilhões da Argentina contra US\$ 54 bilhões do Brasil. Este crescerá mais rápido, tanto no período 1913-1929 (5,1% ao ano contra 4,1%), como nos dez anos seguintes, quando a taxa anual de variação do PIB foi de 3% no Brasil e de 1,6% na Argentina. Numa perspectiva de quase meio século, o crescimento econômico brasileiro ficou, em média, 1% acima do argentino. (FAUSTO E DEVOTTO, 2004, p. 251)

Os autores também comentam sobre o processo de substituição de importações:

Outro efeito da crise externa e da carência de divisas para sustentar as importações foi o incremento da indústria de substituição. Embora o desenvolvimento industrial de ambos os países antecederesse a crise, com índices significativos já nas primeiras décadas do século, o processo de substituição de importações ocorrido nos anos 1930 provocou uma expansão nunca vista da atividade industrial. No Brasil, que partia de níveis mais baixos, o processo se deu muito mais rápido, a uma taxa média anual 50% maior que a da Argentina, sobretudo entre 1933 e 1939. (FAUSTO E DEVOTTO, 2004, p. 251)

Para Furtado (2007), conforme já visto no capítulo 2, a situação do governo brasileiro de comprar o excedente de café e estocar funcionou relativamente bem até a crise de 1929. Posteriormente, o governo então passou a comprar o excedente e destruí-lo. Essa política de defesa do setor cafeeiro, para o autor, concretizou-se em um programa de fomento da renda nacional, beneficiando, inclusive, o setor industrial. Entre 1932 a 1937, a produção industrial brasileira cresceu cerca de 50%, e a produção direcionada ao mercado interno cresceu 40%. Na Argentina, conforme visto no capítulo interior, o Tratado de Roca Ruciman assinado entre o país e a Inglaterra, garantiu que a carne argentina ainda tivesse espaço no mercado inglês mesmo com a crise mundial. Além disso, o tratado fazia com que os produtos ingleses chegassem na Argentina com preços relativamente mais baixos, o que auxiliou o desenvolvimento da indústria.

Os setores industriais no Brasil que mais se desenvolveram no período, de acordo com Furtado (2000), foram as indústrias direcionadas a bens de consumo, como a indústria de alimentos e a indústria têxtil. No caso da Argentina, foi o mesmo ramo industrial que destacou-se nesse período. Porém, apesar dessas indústrias terem participado com maiores volumes, foi possível identificar o surgimento de novos ramos industriais na década de 1930, mudando o cenário gradativamente. Destacou-se o crescimento das indústrias químicas e metálicas no período, as quais foram crescendo sua participação ano a ano.

Durante a Segunda Guerra, a dificuldade para importar trouxe dois aspectos para ambos os países: houve um avanço na substituição de importações, porém também houve um estrangulamento externo causado pela impossibilidade de importar bens de capital. Furtado (2000) afirma que, com a chegada da Segunda Guerra, iniciou-se um período de recessão no Brasil que durou até 1942, pois impediu a importação de bens de capital e insumos necessários para a continuidade do crescimento industrial. O produto industrial, cuja média de crescimento anual foi de 11,2% entre 1933 e 1939, caiu para a média de 5,4% no período de 1939 a 1945. Na Argentina, a situação não foi muito diferente. De acordo com Bulmer-

Thomas (1998), o setor industrial teve queda, e a taxa média anual de crescimento ficou em 3,6% durante o período da guerra. Para Rapoport (2000), os baixos níveis de produtividade da indústria argentina no período podem ser explicados também devido à utilização de equipamentos obsoletos.

O final da Segunda Guerra Mundial trouxe como benefício um acúmulo de reservas estrangeiras para os dois países. De acordo com Mattei e Santos Júnior (2009), a indústria brasileira continuou a se desenvolver do final da segunda guerra até 1955, e tornou-se o setor mais dinâmico da economia do país. A política adotada pelo governo foi de fundamental importância para esse objetivo, pois priorizou a importação de máquinas e equipamentos destinados à indústria. O crescimento anual industrial brasileiro médio entre 1946 e 1955 foi de 8,5%. Já na Argentina, esse foi o período de Perón, o qual assumiu uma política nacionalista e industrializante, restringindo as importações para continuar a estimular a produção interna, priorizando as importações que auxiliavam a indústria, e concedendo crédito subsidiado às empresas industriais.

Para Rapoport (2000), a política desenvolvimentista entre 1939 a 1945 favoreceu mais a indústria do que a agricultura, e teve medidas fundamentais para isso, como a criação do Banco de Crédito Industrial, o qual teve papel importante no desenvolvimento das indústrias do país. Foi criado também o IAPI (Instituto Argentino para la Promoción Del Intercambio), que detinha a controle do comércio agrícola e transferia a renda obtida para a indústria.

De acordo com Saretta (2002), a situação argentina pós-segunda guerra era extremamente favorável. O país então dispunha de um expressivo saldo de reservas internacionais e dívida externa zerada. Essa posição confortável auxiliou o governo com suas políticas desenvolvimentistas do início do governo de Perón, que tinha como foco o estímulo da industrial nacional. Entre 1951 e 1958 a taxa média anual de crescimento industrial foi de 5,3%.

Segundo Mattei e Santos Júnior (2009), em meados da década de 1950, o processo de industrialização por substituição de importações mais fácil havia chegado ao fim. Os equipamentos e máquinas necessários para o crescimento da indústria ainda eram importados, e as dívidas necessárias para essas importações ainda eram obtidas através do setor agroexportador, o que fazia com que ambos os países continuassem vulneráveis ao cenário econômico externo. Em 1954, as condições voltaram a ser restritivas e a capacidade de importação foi novamente dificultada. Sendo assim, para que ambos os países continuassem com seus planos de industrialização e crescimento, os governos optaram por projetos desenvolvimentistas que visavam uma produção interna de bens de capital.

Em 1956, no Brasil, teve início o governo de JK, marcado por um projeto desenvolvimentista denominado “Plano de metas”, com políticas expansionistas e fundamentado na atração de capital estrangeiro para investimentos. Com o plano, houve significativo progresso nos setores de bens de consumos duráveis, insumos intermediários e indústrias de base. Segundo Baer (1983), a taxa anual média de crescimento industrial foi de 11% durante o plano. O plano também trouxe um aumento da inflação, que resultou em uma taxa média de 28% entre 1955 e 1960.

Já na Argentina, o projeto desenvolvimentista de Frondizi, segundo Fausto e Devotto (2004) partia do pressuposto que o desenvolvimento econômico do país estava ligado ao desenvolvimento da indústria. Sua estratégia se baseava no lançamento acelerado dos planos econômicos que tinha como principal premissa a ideia de que não se podia esperar nada de construtivo do setor agropecuário e que o país deveria iniciar um desenvolvimento industrial com base na substituição de importações. Os bens industriais contemplados pelo plano argentino eram basicamente os mesmos que os do plano brasileiro, porém um dos maiores êxitos foi ter alcançado a autonomia em relação às importações de petróleo. A comparação dos períodos desenvolvimentistas de acordo com Fausto e Devotto (2004, p.363):

Para além da conjuntura, a economia brasileira manteve a tendência a crescer mais rápido que a argentina, e essa diferença se acentuaria no período. Assim, o PIB brasileiro, que era 17% mais alto do que o argentino em 1956 (US\$117 bilhões contra US\$102 bilhões, segundo os dados da série elaborada por Angus Maddison), já era 45% maior em 1960 (US\$163 bilhões contra US\$115 bilhões). Ao longo dos cinco anos do mandato Juscelino, o PIB brasileiro cresceu a uma impressionante taxa média anual de 8,9%. Já o argentino, durante o governo Frondizi, cresceu apenas 2,4% em média, devido em grande parte à forte retração registrada em 1959 (-6,5%). (FAUSTO E DEVOTTO, 2004, p. 363)

De acordo com Mattei e Santos Júnior (2009), durante os dez anos compreendidos entre 1963 a 1973, a Argentina viveu seu período de crescimento econômico mais próspero desde o período de intenso crescimento econômico do final do século XX. Já o Brasil, após o crescimento notável através do Plano de Metas de JK, entrou em um processo de estabilização econômica, processo o qual serviria de base para o futuro crescimento econômico que se estenderia até a década de 1970. Durante esse período houve um estímulo, por parte do governo, às exportações industriais nos dois países.

Ainda segundo os autores, na Argentina, a capacidade ociosa herdada do projeto desenvolvimentista do governo de Frondizi foi fator essencial para o crescimento econômico que iniciou na década de 1960. Aliado a essa capacidade ociosa existente, estava a disponibilidade de divisas estrangeiras e o aumento da demanda. O setor industrial cresceu a

taxas anuais médias de 7% entre 1964 e 1971. Destacaram-se os setores de indústria química, indústria metalúrgica, maquinaria não elétrica, maquinaria elétrica e material de transporte. No Brasil, as reformas institucionais visavam à estabilização econômica. Dentre as medidas ortodoxas, destacou-se a redução dos salários reais já no período militar. Essa redução favoreceu a acumulação de capital pela indústria, e o resultado foi de um crescimento industrial com taxas médias anuais de 12% entre 1968 a 1973, no denominado período do “milagre econômico”. Em relação às exportações industriais, houve um aumento de US\$28 milhões em 1960 para US\$420,5 milhões em 1970.

### **4.3 Os choques do petróleo e o final do modelo por substituição de importações**

Para Mattei e Santos Júnior (2009), o fim do processo brasileiro de desenvolvimento baseado na substituição de importações orientada pelo Estado esgotou-se devido, também, ao crescente endividamento externo acumulado dos anos de grande crescimento econômico das décadas de 1960 e 1970 e pela elevação das taxas de juros devido a política restritiva dos Estados Unidos em 1979. Em 1973, tanto o Brasil como a Argentina já possuíam parques industriais diversificados e a possibilidade de industrialização por substituição de importações encontrava-se cada vez mais restrita. No caso da Argentina, os autores afirmam que o processo possa ter declinado a partir da abertura comercial que o governo militar lançou em 1976. Essa abertura comercial trouxe a entrada das empresas estrangeiras para o país com preços mais acessíveis, introduzindo uma concorrência internacional que teve impacto direto nas indústrias do país. Os preços do petróleo passaram por duas altas de preço expressivas nos períodos conhecidos como “choques do petróleo”, em 1973 e 1979, e impactaram toda a economia, inclusive a dos países aqui estudados.

De acordo com Bresser-Pereira (1985), a dívida externa líquida passou de US\$3.17 milhões em 1967 para US\$6.15 milhões. O governo militar, em 1973, contrariando a política econômica restritiva que seria aplicada em outros países na época, optou por seguir o II PND, plano de desenvolvimento baseado na substituição de importações de bens de capital e insumos para a indústria. O plano foi financiado através de déficits comerciais. Em 1974, o total do déficit era de US\$4.6 milhões de dólares, e em 1976 o endividamento externo total apresentou-se em US\$32 bilhões de dólares. Dessa maneira, e com a intensificação da dívida externa, o Brasil adentrou a década de 1980 em uma crise de endividamento externo, forçando o governo a adotar políticas restritivas e de ajuste às contas externas.

Para Carneiro (2002), o saldo do II PND foi positivo, pois resultou na expansão de indústrias básicas de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos. Como resultado de redução de importações, os dados apresentam que o valor reduziu de US\$3,5 bilhões em 1974 para US\$1,2 bilhões em 1979.

De acordo com Mattei e Santos Júnior (2009), em 1973 Perón foi eleito presidente pela terceira vez na Argentina. Como objetivo do seu governo, Perón buscava um equilíbrio para trabalhadores e capitalistas com uma política distributiva e estabilizante. Para isso, os preços e salários foram congelados de acordo com uma lista oficial. Porém, em 1973, com o I choque do petróleo, o preço do mesmo multiplicou em torno de quatro vezes. Isso fez com que os custos dos empresários aumentassem, e os mesmos tinham como objetivo repassar esse aumento para os preços finais, o que entrou em conflito com a ideia dos sindicatos de manter os preços, abalando o governo peronista. Perón veio a falecer em 1974, e então toda a tentativa de estabilidade veio abaixo. Isabela Peron, sua vice, assumiu e manteve-se no poder durante 20 meses, onde a principal característica do governo veio a ser a instabilidade.

Devido a toda instabilidade política que o país estava atravessando, houve um novo golpe militar no país. Em 1976 o general Jorge Rafael Videla assume a presidência e lança um plano que tem por objetivo a estabilidade econômica. A abertura comercial é iniciada nesse período, e o setor industrial sente os impactos dessa nova concorrência internacional tomando conta do mercado argentino. O objetivo da abertura comercial lançada pelo governo era de intensificar as exportações argentinas, eliminando as barreiras protecionistas. De acordo com Rapoport (2000), um dos objetivos do governo era de restabelecer a Argentina baseada na produção agroexportadora. Fausto e Devotto (2004) alegam que a redução tarifária implementada pelo governo para a abertura comercial contribuiu com a necessidade de financiamento externo da economia argentina.

Comparativamente, o Brasil novamente possuiu melhores condições de desenvolvimento no período do que a Argentina e obteve melhores resultados. Como razões disso, destacou-se o mercado interno brasileiro, apesar de concentrado em regiões específicas, era mais dinâmico do que o argentino. O II PND, apesar do grande endividamento externo, que gerou uma década de problemas em 1980, aproveitou um potencial de desenvolvimento que não foi utilizado no governo argentino, e aumentou seu parque industrial até o início da década de 1980. No caso argentino, a formação industrial teve seu declínio em 1976 com a abertura comercial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho realizou uma análise do processo de formação e desenvolvimento industrial do Brasil e da Argentina. Para isso, iniciou-se a análise verificando o período agroexportador desde o final do século XIX, onde as poucas indústrias existentes serviam produzindo bens que apoiassem a dinâmica do setor primário exportador e algumas demandas do mercado interno. A Argentina, país que possuía melhores condições de PIB per capita e crescimento nesse período, apresentou uma evolução considerável de suas indústrias entre o final do século XIX e o início do século XX. Neste período, o país já contava com um mercado em expansão. Já o Brasil, que possuía sua dinâmica agroexportadora focada no café, teve um crescimento industrial menos relevante. Porém, os imigrantes que chegaram ao país para trabalhar nas fazendas de café, a mecanização de algumas operações da produção cafeeira e a construção das estradas de ferro no país estimularam o desenvolvimento da urbanização e da indústria. O capital cafeeiro serviu de investimento para diversos processos manufatureiros.

A partir de 1930, a situação dos dois países mudou. No caso específico da Argentina, para alguns autores, o país já havia entrado em declínio com seu modelo primário exportador desde a Primeira Guerra. Porém, ambos os países tiveram seu coeficiente de importação drasticamente reduzido com a crise de 1929. Os países centrais que produziam os bens manufaturados entraram em forte recessão e então a capacidade de importar seus produtos caiu significativamente. Com isso, ambos os países tiveram que orientar suas produções para o mercado interno de maneira a atender a demanda.

O processo de substituições de importações então teve início, e nessa primeira etapa as indústrias de bens não-duráveis apresentaram melhores resultados de crescimento. Para que a indústria intensificasse sua produção, ambos os países contaram com a capacidade ociosa existente. O Brasil tomou um maior impulso na década de 1930 do que a Argentina: a indústria brasileira cresceu a melhores taxas do que a Argentina, e manteve esse crescimento também na década de 1940. Conforme os anos foram passando, a capacidade de importação foi se tornando mais acessível, de modo que o setor industrial de ambos os países pode importar novas máquinas e insumos necessários à produção.

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, novamente o coeficiente de importações foi reduzido. Em ambos os países houve queda nas taxas do setor industrial, pois as condições econômicas do período impediram a importação de bens de capital necessários à continuidade do crescimento da produção. Com o final da Segunda Guerra e o acúmulo de reservas

internacionais, os países tiveram o impulso do governo para intensificar as políticas industrializantes. A indústria brasileira cresceu a taxas elevadas, e assim se manteve até 1955, consolidando a indústria como o setor mais dinâmico da economia do país. A política adotada pelo governo nesse período foi fundamental para o desenvolvimento da indústria, pois priorizou a importação de máquinas e bens fundamentais para esse setor. A Argentina também foi impulsionada pela política industrializante do governo peronista, onde houve restrições das importações para favorecer a indústria nacional e concessão de linhas de crédito para as mesmas.

Em meados da década de 1950, tanto o Brasil como a Argentina iniciaram suas políticas desenvolvimentistas, as quais obtiveram bons resultados quanto ao desenvolvimento da indústria, porém ao custo de altas taxas de inflação. O Plano de Metas brasileiro do governo de Juscelino Kubistchek teve por resultado altas taxas de crescimento econômico e desenvolvimento dos bens de consumos duráveis, porém aos custos de inflação e crescimento da dívida externa. Na Argentina, o governo de Frondizi lançou seu discurso alegando que o crescimento do país estava interligado ao crescimento da indústria. Como resultado de sua política, verificou-se um melhor desempenho da indústria de bens duráveis e bens intermediários.

Em meados da década de 1960 Brasil e Argentina viveram períodos com características divergentes. O Brasil, após o aumento da inflação e do endividamento externo do início da década lançou planos econômicos com objetivo de estabilizar a economia e, para isso, optou pela redução dos salários reais. Após esse período, já no governo militar, o país iniciou seu crescimento econômico e atravessou o período que ficou conhecido como ‘milagre econômico’, onde se verificou taxas de crescimento até então nunca vistas. Tanto no período do milagre como na continuação do crescimento com o II PND, a indústria continuou sendo favorecida pelos investimentos do governo, principalmente as indústrias de bens de capital e insumos relacionados.

Na Argentina, a década de 1960 apresentou crescimento econômico e desenvolvimento da indústria, principalmente as indústrias ligadas aos setores dinâmicos. O país utilizou a capacidade ociosa existente herdada do governo de Frondizi juntamente com políticas econômicas expansivas. Houve um aumento das exportações e saldos positivos na balança comercial. A intensificação das exportações dos produtos agropecuários do país e a melhoria do cenário externo podem ser consideradas causas fundamentais para o crescimento do PIB nessa década. O capital estrangeiro também teve papel significativo, pois o país recebeu grandes volumes como investimentos nesse período.

Em meados da década de 1970 a Argentina - já em um período conturbado e clima de instabilidade política e econômica - iniciou seu processo de abertura comercial, afetando a estrutura industrial do país com a concorrência internacional. Os anos 1980 iniciaram com recessão nos dois países devido às políticas aplicadas nas décadas anteriores. No Brasil, a abertura comercial só viria a acontecer, de fato, no início da década de 1990, porém o país passou a década de 1980 lutando contra o gigantesco endividamento externo causado devido às políticas de crescimento do governo militar e as altas taxas de inflação, que viriam se estabelecer somente com o plano Real em meados de 1990. Existem diversas discussões e leituras sobre o fenômeno de “desindustrialização” que ocorreu em ambos os países e quais são os efeitos dessa política nas suas economias. Atualmente, se observa novamente um aumento da exportação de produtos primários para os dois países, o que indica que, apesar de todo o desenvolvimento dos parques industriais dos países, Brasil e Argentina não superaram suas origens de economias periféricas e suas dependências ao setor externo.

QUADRO COMPARATIVO - BRASIL E ARGENTINA

<p>DO PERÍODO AGROEXPORTADOR À CRISE DE 1929</p>	<p>Países com foco na exportação de produtos primários Indústria mínima para atender uma parte da demanda interna Sucesso do plano agroexportador:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinda de imigrantes</li> <li>• Intensificação da urbanização</li> <li>• Surgimento de um número considerável de indústrias</li> </ul> <p>Capital agroexportador: fundamental para o investimento na produção manufatureira Argentina apresentou melhores resultados no período do que o Brasil Mercados principais: Estados Unidos e Grã-Bretanha</p>
<p>DÉCADA DE 1930 À INDUSTRIALIZAÇÃO ORIENTADA PELO ESTADO</p>	<p>Redução da capacidade de importações Desenvolvimento das indústrias direcionadas ao mercado interno: bens de consumo não-duráveis Brasil apresentou melhor resultado no ritmo de crescimento industrial Período pós-guerra: políticas industrializantes orientadas pelos Estados. Crescimento industrial Projetos desenvolvimentistas: políticas expansionistas e foco em bens de consumo duráveis Década de 1960: início com recessão, depois crescimento econômico e desenvolvimento industrial (bens de capital)</p>
<p>OS CHOQUES DO PETRÓLEO E O FINAL DO MODELO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES</p>	<p>Choques do petróleo: 1973 e 1979 No Brasil: II PND ainda estimulou à indústria e o crescimento econômico até início da década de 1980 Crescente endividamento externo Argentina: Abertura comercial em 1976 deu espaço à concorrência internacional Ambos os países já possuíam parques industriais formados Comparativamente, Brasil obteve melhores resultados de crescimento, porém a altos custos de inflação e dívida externa</p>

## REFERÊNCIAS

- BAER, Werner. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BULMER-THOMAS, Victor. **La historia económica de América latina desde la independencia**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: UNESP, 2002.
- CORTÉS CONDE, Roberto. **La economía argentina en el largo plazo: Ensayos de historia económica de los siglos XIX y XX**. Buenos Aires: Sudamerica, Universidad de San Andrés, 1997.
- CRUZ, Paulo D. **Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DÍAZ ALEJANDRO, Carlos F. **Essays on the economic history of the Argentine Republic**. New Haven: London: Yale University Press, 1970.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- FERRER, Aldo. **A Economia Argentina: de Suas Origens ao Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
- FONSECA, Pedro C; LENZ, Maria H. **The New-Style of Developmentalism in Latin America: Kubitschek and Frondizi**. Pernambuco: Anais conferência ANPEC, 2012.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- GERCHUNOFF, Pablo; Llaach, Lucas. **El ciclo de la ilusión y del desencanto**. Buenos Aires: Ariel, 2003.
- GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO, Rudinei Júnior. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.
- LENZ, Maria H. **As intensas e conflituosas relações econômicas e financeiras entre a Grã-Bretanha e a Argentina: do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial**. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 55-78, jun/2008.

LENZ, Maria H. **Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004

LENZ, Maria H. **O período recorde de crescimento econômico argentino de 1870 a 1930: uma discussão**. Salvador: XXIX Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2001.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEWIS, Colin. **A indústria na América Latina antes de 1930**. São Paulo: USP, 2002

MATTEI, Lauro; SANTOS JR, José Adoril dos. Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada. **Revista de Economia**, Curitiba, ano 33, v. 35, n. 1, p. 93-115, jan./abr.2009.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880 – 2000)**. Buenos Aires: Macchi, 2000.

SARETTA, Fausto. **Estado e Desenvolvimento: Argentina e Brasil (1946 – 1955)**. XIII Congresso Internacional de História Econômica: Buenos Aires, AIHE, 2002.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TOBAR, Juan Carlos. **Notas sobre la estructura económica argentina**. Rosário: Homo Sapiens, 1998.

THORP, Rosemary. **Progresso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX**. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento e União Européia, 2000.

VILLANUEVA, Javier, **El origen de la industrialización argentina**. Desarrollo Económico, Buenos Aires, v. 12, n. 47, oct./dic. 1972.